

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 11/06/2021	Página: 02

Tribuna

IPVA

Os proprietários de veículos com placas de final 7 e 8 têm até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), em cota única. Já para as placas de final 9 e 0 os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem no mês de julho: as datas podem ser consultadas na tabela do IPVA 2021 do Estado da Bahia.

|

Desconto de 5% no IPVA vale até este mês para placas de final 7 e 8



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Da Redação redacao@correio24horas.com.br

Donos de carros com placas de final 7 e 8 têm até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente para pagar com 5% de desconto o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. Já para as placas de final 9 e 0, os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem no mês de julho.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) lembra também que os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm também até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando

apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Parcelamento

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 7, 8, 9 e 0 podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Motoristas de veículos com placas de final 7 e 8 podem pagar IPVA com 5% de desconto até o final de junho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos com placas de final 7 e 8 têm até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. A informação foi divulgada pela Secretaria da Fazenda Bahia (Sefaz-Ba), nesta quinta-feira (10).

Para as placas de final 9 e 0, os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem no mês de julho. As datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 da Sefaz-Ba.

A Sefaz-Ba alerta que os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm também até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não normalize o imposto e o licenciamento, o automóvel

ficará com a documentação irregular.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, caixa eletrônico ou no aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou do Bancoob, apresentando apenas o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Parcelamento

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 7, 8, 9 e 0 podem ainda optar por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, é preciso observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento, devendo efetuar integralmente até a data da última parcela.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito devem ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Todas as informações podem ser consultadas no site da Sefaz-Ba e pelo call center, nos números 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) ou 71 3319-2501

(ligações de celular ou de telefone fixo).

Assista aos vídeos do G1 Bahia e TV Bahia

Ouçã o podcast do G1 Bahia

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da
Fazenda - IPVA

Veículo: Tribuna da Bahia Online	Caderno: Cidade
Data: 10/06/2021	Página: --



Desconto de 5% no IPVA vale até este mês para placas de final 7 e 8

Os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 devem pagar o imposto até este mês.

Tribuna da Bahia, Salvador

10/06/2021 12:01 | Atualizado há 22 horas e 47 minutos



Foto:

Reprodução

Os proprietários de veículos com placas de final 7 e 8 têm até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), em cota única. Já para as placas de final 9 e 0 os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem no mês de julho: as datas podem ser consultadas na tabela do IPVA 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm também até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para pagar o IPVA em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no IPVA é calculado automaticamente no momento da transação.

Parcelamento

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 7, 8, 9 e 0 podem optar ainda por dividir o IPVA em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas neste site, Canal Inspeção Eletrônica – IPVA, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Veículo: Gov Bahia	
Data: 10/06/2021	



Desconto de 5% no IPVA vale até este mês para placas de final 7 e 8

10 junho 2021



Foto: Paula Fróes/GOVBA

Os proprietários de veículos com placas de final 7 e 8 têm até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), em cota única. Já para as placas de final 9 e 0 os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem no mês de julho: as datas podem ser consultadas na tabela do IPVA 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm também até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para pagar o IPVA em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no IPVA é calculado automaticamente no momento da transação.

Parcelamento

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 7, 8, 9 e 0 podem optar ainda por dividir o IPVA em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas neste site, Canal Inspeção Eletrônica – IPVA, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Fonte: Ascom/ Sefaz

DESCONTO DE 5% NO IPVA VALE ATÉ ESTE MÊS PARA PLACAS FINAL 7 E 8



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos com placas de final 7 e 8 têm até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. Já para as placas de final 9 e 0 os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem no mês de julho: as datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm também até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando

apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Parcelamento

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 7, 8, 9 e 0 podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas neste site, Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Foto: Reprodução/Gov Ceará

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da

Fazenda - IPVA

IPVA com desconto de 5% para placas de final 7 e 8 vai valer até este mês



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Foto: Paula Fróes/GOVBA

Os proprietários de carros com placas de final 7 e 8 têm até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente para pagar com 5% de desconto o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), em cota única. Já para as placas de final 9 e 0, os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem no mês de julho.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) lembra também que os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm também até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para pagar o IPVA em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no IPVA é calculado automaticamente no momento da transação.

Parcelamento

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 7, 8, 9 e 0 podem optar ainda por dividir o IPVA em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Veículos com placa de final 7 e 8 terão 5% de desconto no IPVA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos com placas de final 7 e 8 têm até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única, conforme informado pela Secretaria da Fazenda Bahia (Sefaz-Ba), nesta quinta-feira (10).

Já para as placas de final 9 e 0 os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem no mês de julho: as datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm também até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Parcelamento

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 7, 8, 9 e 0 podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas neste site, Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da
Fazenda - IPVA

Desconto de 5% no IPVA vale até este mês para placas de final 7 e 8



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos com placas de final 7 e 8 têm até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. Já para as placas de final 9 e 0 os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem no mês de julho: as datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm também até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando

apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Parcelamento

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 7, 8, 9 e 0 podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas neste site, Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Desconto de 5% no IPVA vale até este mês para placas de final 7 e 8



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Tags: 5% , desconto , **ipva**

Fonte: Ascom/ Sefaz

Os proprietários de veículos com placas de final 7 e 8 têm até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. Já para as placas de final 9 e 0 os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem no mês de julho: as datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm também até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o

imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 7, 8, 9 e 0 podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas neste site, Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Os comentários estão encerrados.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da
Fazenda - IPVA

Motoristas de veículos com placas de final 7 e 8 podem pagar IPVA com 5% de desconto até o final de junho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos com placas de final 7 e 8 têm até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. A informação foi divulgada pela Secretaria da Fazenda Bahia (Sefaz-Ba), nesta quinta-feira (10).

Para as placas de final 9 e 0, os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem no mês de julho. As datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 da Sefaz-Ba.

A Sefaz-Ba alerta que os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm também até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não normalize o imposto e o licenciamento, o automóvel

ficará com a documentação irregular.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, caixa eletrônico ou no aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou do Bancoob, apresentando apenas o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 7, 8, 9 e 0 podem ainda optar por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, é preciso observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento, devendo efetuar-lo integralmente até a data da última parcela.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito devem ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Todas as informações podem ser consultadas no site da Sefaz-Ba e pelo call center, nos números 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) ou 71 3319-2501 (ligações de celular ou de telefone fixo).

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Veículo: Rádio Sociedade AM 740 Salvador	
Data: 10/06/2021	Programa: Seu Caminho
Assunto: Informações sobre o pagamento do <u>IPVA</u> .	

Data: 10/06/2021

Hora: 18:11:15

Emissora: Rádio Sociedade AM 740 Salvador

Programa: Seu Caminho

Apresentador (a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Informações sobre o pagamento do **IPVA**.

Veículo: Bnews	
Data: 10/06/2021	



Após reunião com Lira, Bolsonaro diz que mudança de ICMS sobre combustíveis deve ser votado na próxima semana



10 de Junho de 2021 às 14:45

Por: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por: Folhapress

Após reunião com o presidente da Câmara, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou nesta quinta-feira (10) que o projeto de lei que altera regras de cobrança do ICMS sobre combustíveis deve ser votado na próxima semana. A proposta é mais um capítulo da disputa de Bolsonaro com governadores pelo preço da gasolina.

O tema foi discutido em café da manhã no Palácio da Alvorada entre Bolsonaro e o deputado Arthur Lira (PP-AL), que comanda os trabalhos na Câmara.

"Falei com o Lira hoje, deve votar semana que vem a questão do ICMS de combustíveis, ter um valor nominal. Cada estado botar valor nominal. Vai chegar no posto e ver a placa lá [com] preço na refinaria, ICMS, imposto federal, lucro do posto e, aí está o grande nó, o frete. Tem monopólio do transporte de combustível. Se quebrar esse monopólio no transporte de combustíveis, o preço vai lá para baixo", disse Bolsonaro a apoiadores.

A fala do mandatário foi transmitida por um site bolsonarista.

Pressionado pela alta no preço da gasolina, Bolsonaro tem acusado governadores de terem aumentado o ICMS –um imposto estadual– sobre combustíveis.

"Durante a pandemia, acho que quase todos [os governadores], se não todos, aumentaram o ICMS [sobre combustíveis]", queixou-se o presidente aos apoiadores.

O projeto de lei complementar original foi enviado pelo Executivo ao Congresso em fevereiro e define os combustíveis e lubrificantes sobre os quais o ICMS incidirá uma única vez, ainda que as operações se iniciem no exterior. Estão na lista gasolina, diesel, álcool, querosene e gás liquefeito de petróleo, de um total de 13.

Pelo texto, o imposto seria cobrado na refinaria e a alíquota para cada combustível seria uniforme em todo o país, com um valor fixado em reais, não como uma porcentagem do preço total.

A proposta estabelecia ainda que a alíquota seria definida por deliberação dos estados e do Distrito Federal e que o ICMS sobre lubrificantes e combustíveis de petróleo seria recolhido na unidade da Federação onde houvesse o consumo final.

Na justificativa, o ministro Paulo Guedes (Economia) indica que o objetivo é "contribuir com os debates que buscam alcançar meios de fornecer maior estabilidade aos preços dos combustíveis praticados no Brasil, cuja oscilação demasiada tem gerado problemas a diversos setores da sociedade brasileira, especialmente para a atividade dos caminhoneiros autônomos."

Atualmente, segundo a justificativa, o mecanismo de apuração da cobrança do ICMS sobre combustíveis permite variações constantes no valor do imposto incidente sobre as operações.

A intenção é alterar para uma incidência monofásica, com alíquotas específicas por unidade de medida, "o que tende a conferir mais estabilidade ao valor do imposto incidente sobre as operações e, conseqüentemente, contribuir para maior estabilidade do preço de venda dos combustíveis."

No entanto, houve resistência no Congresso. Para superar os entraves, Bolsonaro sugeriu a Lira em maio a fixação de um valor por estado, em vez do valor nacional.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

CUSTO DE VIDA Em 2020, alta no valor de planos empresariais e por adesão foram maiores do que máximo de 8,14% definido pela ANS para os individuais

Reajuste de plano de saúde coletivo é maior do que o teto

ELAINE PATRÍCIA CRUZ
Agência Brasil, São Paulo

Em 2020, os reajustes nos planos de saúde coletivos, tanto empresariais quanto por adesão, foram maiores do que o teto de 8,14% estabelecido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para os planos individuais. Os dados fazem parte de uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) feita com cinco empresas que tinham o maior volume de reclamações por parte de consumidores: SulAmérica, Bradesco Saúde, Amil, Unimed Central Nacional e Unimed Rio.

No ano passado, o reajuste médio entre os planos coletivos analisados foi de 11,28%, ou seja, três pontos percentuais acima do máximo estabelecido pela ANS para os planos individuais. No caso da Unimed Rio, que promoveu o maior aumento, o reajuste chegou a 14,55%, mais de seis pontos percentuais acima do teto da ANS para os planos individuais. Entre as empresas, a única que ficou abaixo do

teto para plano individual foi a Unimed Central Nacional, com 7,66% de reajuste.

Os planos coletivos empresariais e por adesão não são regulados pela ANS e, segundo o Idec, representam quase 80% do mercado de planos de saúde.

“Os resultados são bastante claros ao evidenciar que a maior fatia do setor de saúde suplementar está completamente fora de controle. É inaceitável que os usuários de planos coletivos sigam absorvendo reajustes muito acima do teto estabelecido pela agência para os planos individuais”, disse Ana Carolina Navarrete, coordenadora do programa de saúde do Idec.

“A pesquisa confirma um diagnóstico antigo do Idec: uma regulação efetiva, para todos os consumidores, é a única via para colocar freios às políticas de preços das operadoras e acabar com essa injustiça”.

Ontem, a Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados realizou uma audiência pública para discutir o reajuste dos planos de saúde. O estudo do

Idec foi apresentado durante a audiência.

Posição das empresas

Por meio de nota, a Central Nacional Unimed disse que cumpre integralmente a legislação dos planos de saúde e os contratos firmados com seus clientes, o que inclui a aplicação dos reajustes anuais. “É importante considerar que os planos individuais e os planos coletivos estão submetidos a diferentes regras e critérios de reajuste, tornando inadequada a comparação direta entre os percentuais. Além disso, os reajustes são recomposições dos custos assistenciais, que, historicamente, crescem acima da inflação geral medida pelo IPCA”, disse a empresa.

A Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), que representa as 15 maiores operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde, incluindo Bradesco Saúde, Amil e SulAmérica, informou que os reajustes aplicados estão de acordo com o permitido pela ANS. “O setor segue contratos, é regulado e fiscalizado e

obrigado ao cumprimento de parâmetros atuariais, regulatórios, legais, contábeis e econômico-financeiros severos. O cálculo é feito com base numa série de indicadores, que envolvem particularidades de cada carteira e cada contrato, como idade dos participantes, índice de sinistralidade, severidade dos sinistros registrados”, disse.

A FenaSaúde diz ainda que há uma diferença entre os planos individuais e coletivos. “No caso dos individuais/familiares, o modelo adotado pela agência reguladora não reflete o aumento real dos custos na saúde, que chegam a ser o triplo do índice de inflação, assim como desconsidera as características de cada carteira de planos. Isso pode fazer com que algumas operadoras não consigam cobrir os gastos assistenciais”, disse a federação, que considera que os reajustes deste ano para os planos coletivos “estão entre os mais baixos já aplicados”.

A Agência Brasil entrou em contato com a Unimed Rio, mas não obteve retorno até a publicação desta matéria.



ESG Estratégico

Divulgação



Marcela Argollo, integrante do núcleo de sustentabilidade, meio ambiente e inovação da ACB

ESG é o tema do momento. Vem ganhando destaque a cada ano que passa e engajando empresas mundo afora principalmente após a pandemia global da Covid.

A pandemia trouxe junto com ela uma mudança de mindset que a sociedade inteira estava precisando. Nós seres humanos somos movidos pela colaboração (está no nosso DNA) e não pela competitividade (na qual estávamos nos movendo desde a Era Industrial).

O que faz então com que a gente consiga se mover e consequentemente mover o mundo no qual estamos inseridos?

Tendo a conscientização de que precisamos cuidar muito bem dele para que possamos não só usufruí-lo como deixar uma terra fértil para que nossos filhos e netos possam prosperar, ou seja, deixar o nosso legado!

Essa conscientização vem de uma única maneira: através do desenvolvimento planejado de uma sociedade, desenvolvimento este que se dá através da EDUCAÇÃO.

Focar na educação, ou melhor, no lifelong learning, no mundo corporativo é uma tarefa bastante desafiadora, porém promissora! Focar na conscientização dos três pilares do ESG (ambiental / social e de governança) é fundamental para que os colaboradores possam se desenvolver e consequentemente inovar e trazer diferentes visões para as soluções dos problemas que surgem continuamente.

Desta forma conseguimos perceber que, para conseguirmos ter organizações prósperas, é necessário ter colaboradores conscientes, afinal de contas empresas são feitas de pessoas que irão trabalhar para inovar e desenvolver produtos e serviços com o intuito de melhorar continuamente a qualidade de vida de todos que fazem parte da sociedade.

ESG é um trabalho diário e constante, no qual você consegue ver o resultado a longo prazo, dando, portanto, a empresa uma maior perpetuidade, confiabilidade, seriedade e transparência. Mix de ingredientes perfeitos para que uma empresa possa ser critério de escolhas de investidores de alto nível, gerando, portanto, a tão esperada lucratividade.

O mercado autorregulador, ou melhor, a mão invisível do mercado está cada vez mais presente nas decisões de quem investe, pois um estudo britânico mostrou que 77% das pessoas não investiriam contra suas crenças mesmo que o retorno financeiro fosse mais alto.

As pessoas começaram a se conscientizar e investir em apenas aquilo que realmente acreditam. Cada vez mais investidores têm se envolvido com o conceito de “investimento responsável”, e isso vem ganhando força devido ao aumento da conscientização sobre mudanças climáticas, ambientais, diversidade corporativa e governança das empresas.

Esta semana a coluna ACB será publicada de quarta a sexta-feira, como parte dos conteúdos especiais relacionados à semana do meio ambiente

Vendas nos supermercados crescem 4%

As vendas nos supermercados registraram crescimento de 4% no primeiro quadrimestre de 2021 na comparação com o mesmo período do ano passado. Os dados foram divulgados ontem pela Associação Brasileira de Supermercados (Abbras)



Alessandra Lori / Ag. A TARDE / 30.5.2018

ANIVERSÁRIO

Made in Bahia realiza novas ações para alavancar os negócios locais

DA REDAÇÃO

Há um ano, o Grupo Business Bahia lançou a campanha Made in Bahia. A ação é considerada no meio empresarial uma das mais bem-sucedidas campanhas na história recente do estado, com uma repercussão nacional e alcance estimado de mais de oito milhões de pessoas impactadas.

A campanha tem o objetivo de conscientizar o consumidor da importância de adquirir produtos e serviços locais. Centenas de empresas, dezenas de autoridades e líderes empresariais aderiram ao projeto do selo Made in Bahia, que se transformou em lei aprovada na Assembleia Legislativa da Bahia (Alba).

A campanha está completando um ano, e para celebrar a data várias ações estão sendo organizadas pelos membros do Business Bahia e pela agência Salva. “O es-

pírito do Made in Bahia é a união de todos em prol da economia baiana, gerando riqueza e empregos em nosso Estado”, afirma Carlos Falcão, líder do grupo empresarial Business Bahia.

“Ciclo virtuoso”

Com uma ampla divulgação na imprensa baiana e nos mais diversos tipos de mídia, a ação foi lançada no dia 11 de junho do ano passado, com o objetivo de atingir todas as camadas da população. “Precisamos gerar um ciclo virtuoso onde a população faça a opção inteligente pelo consumo regional. Dessa forma, as empresas vão faturar mais e conseguirão não só manter os atuais, mas também gerar novos empregos”, detalhou à época Falcão.

Na largada do projeto, mais de 50 empresas já confirmaram participação na iniciativa, ultrapassando a marca de 100 apoiadores nos primeiros me-

ses de atividades. A campanha chegou em um momento em que as empresas se preparavam para a retomada gradual das atividades, na chamada primeira onda da pandemia do novo coronavírus.

Com as “idas e vindas” das restrições sociais mais duras, com o objetivo de conter o avanço da Covid-19, e depois o recrudescimento da pandemia na segunda onda, nos primeiros meses de 2020, a campanha Made in Bahia ganhou relevância ainda maior, sendo uma referência para o setor produtivo baiano se unir para superar os grandes desafios que o momento exige.

O Grupo Business Bahia também possui uma parceria com o Grupo A TARDE, com a publicação semanal da coluna Made in Bahia, que destaca a força de empresas baianas, todas as terças-feiras no jornal A TARDE e demais plataformas do Grupo.

FINANÇAS

Taxa de juros aumenta para pessoas físicas e jurídicas

BRUNO BOCCHINI

Agência Brasil, São Paulo

A taxa média de juros das operações de crédito registrou alta no mês de maio tanto para as pessoas físicas como para as jurídicas. De acordo com pesquisa da Anefac, divulgada ontem, a taxa de juros média para pessoa física apresentou elevação de 1,38% no mês, passando de 5,8% (96,71% ao ano) em abril para 5,88% ao mês (98,50% ao ano) em maio. É a maior taxa de juros desde dezembro de 2019.

Para as pessoas jurídicas, também houve alta nos juros. A taxa média geral para empresas apresentou uma elevação de 1,63% no mês, passando de 3,07% ao mês (43,74% ao ano) em abril para 3,12% ao mês (44,58% ao ano) em maio, a maior taxa de juros desde março de 2020.

GESTÃO

ACB elege diretoria para biênio 2021-2023

DA REDAÇÃO

A Associação Comercial da Bahia (ACB) elegeu ontem a diretoria que irá comandar a casa no biênio 2021-23. O empresário Mário Dantas segue na presidência da mais antiga entidade de classe empresarial do Brasil e das Américas. O pleito definiu ainda a continuidade de Wilson Andrade na presidência do conselho supe-

rior da entidade.

Reeleito para mais dois anos à frente da “Casa dos Empresários”, Mário Dantas disse que, apesar de todas as dificuldades que a pandemia trouxe para todos os setores da economia e para as entidades, a ACB se fez presente e se engrandeceu neste momento.

VEJA RELAÇÃO COMPLETA DA NOVA DIRETORIA NO PORTAL A TARDE

IMUNIZAÇÃO Estão aptos caminhoneiros de duas novas categorias, trabalhadores da indústria e da construção civil

Três novos públicos são incluídos em campanha de vacinação na capital

TÁCIO CALDAS

A campanha de vacinação contra a Covid-19 em Salvador passará a contemplar, a partir de hoje, os caminhoneiros de duas novas categorias. Além deles, os trabalhadores da indústria e da construção civil, bem como todos os demais grupos já inclusos também podem buscar os pontos de imunização.

Também haverá a imunização das pessoas por faixa etária, mas apenas no período da tarde. A aplicação da segunda dose também ocorrerá, para os cidadãos completamente o esquema vacinal.

Em sua conta no Twitter, o prefeito de Salvador, Bruno Reis, informou que, devido ao quantitativo de imunizantes na capital baiana, a vacinação por faixa etária continua hoje. De acordo com o prefeito, esse público será atendido exclusivamente no período da tarde. "Das 14h às 19h, é a vez das pessoas de 51 anos nascidas até 11 de janeiro de 1970", destacou o gestor.

Também no Twitter, o prefeito detalhou os novos grupos autorizados a receber a vacina. "Das 9h às 13h, além dos públicos já habilitados, entram caminhoneiros com nome na lista que possuem habilitação D ou AC com 18 anos ou mais", pontuou.

Além desse público, mais duas classes também estarão aptas. Segundo o gestor municipal, são os trabalhadores da indústria com nome na lista da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb) e os trabalhadores da construção civil com nome na lista da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi).

A administração da segunda dose ocorrerá por demanda aberta, das 9h às 14h, para as pessoas com data de retorno vencida ou a vencer até o dia 13 de ju-



Shirley Stolze/ Ag. A TARDE / 10.06.2021

Devido ao quantitativo de imunizantes na capital baiana, a vacinação por faixa etária também continua

Das 14h às 19h de hoje, serão vacinadas contra a Covid-19 na capital baiana pessoas de 51 anos nascidas até 11 de janeiro de 1970, informou o prefeito Bruno Reis

Candeias é 1ª cidade da RMS a vacinar a partir dos 50 anos

DA REDAÇÃO

A prefeitura de Candeias iniciou ontem a vacinação de pessoas com idade de 50 anos ou mais contra a Covid-19. O município é o primeiro da Região Metropolitana de Salvador (RMS) a imunizar essa faixa etária.

A aplicação da primeira e segunda doses para este público é feita no Ginásio de Esportes. Além disso, no drive-tru do Estádio David Caldeira é aplicada a primei-

ra dose). Nos dois lugares, o horário de funcionamento é das 8 às 16h, de segunda a sexta-feira.

Para receber a vacina, é necessário apresentar o documento de identificação com foto, cartão de vacinação e cartão do SUS.

Além das pessoas a partir de 50 anos, a vacinação segue para os demais públicos da cidade. Entre os públicos aptos, estão gestantes e puérperas (até 45 dias

pós-parto) a partir de 18 anos e sem comorbidades; caminhoneiros de 40 a 59 anos com nome na lista enviada pela empresa ou autônomos (devem apresentar registro de CNPJ ou Registro da ANTT validados na Secretaria de Saúde). Também já são vacinados professores a partir de 45 anos, pessoas com comorbidades a partir de 18 anos - que devem apresentar relatório ou receita médica atualizados (mínimo 06 meses de emissão).

no, além dos cidadãos que agendaram pelo serviço do Hora Marcada.

Documentos

Todos os novos e antigos públicos precisam se atentar para a documentação necessária. Aos caminhoneiros, além do nome na lista, no ato da vacinação será preciso apresentar um documento oficial com foto, carteira de habilitação por categoria, documento do caminhão e uma cópia impressa do comprovante atualizado do ISS ou do último Imposto de Renda ou o último contracheque da empresa de transporte de carga ou nota fiscal.

Além disso, é indispensável a apresentação do Certificado de Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas e do Extrato do Transportador com situação ativa, ambos com data de validade superior ao dia de vacinação.

Já para os profissionais da indústria e da construção civil, além do nome nas respectivas listas e no site da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), os trabalhadores precisam estar em pleno exercício de suas atividades em Salvador. No ato da imunização, também será necessário apresentar um documento oficial com foto e uma cópia impressa do contracheque ou da carteira de trabalho atualizada ou do contrato de Pessoa Jurídica atual.

A 2ª dose será aplicada das 9h às 14h, para as pessoas com data de retorno vencida ou a vencer até o dia 13 de junho

Junho Lilás lembra importância de se fazer o teste do pezinho

GABRIEL GALINDO

Durante o Junho Lilás, uma live no YouTube homenageará os 20 anos do Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN) com o objetivo de enfatizar a importância do teste neonatal - o chamado teste do pezinho - e de todo o processo de diagnóstico, busca ativa e tratamento.

O evento ocorre na próxima quinta-feira (17), às 19h, no canal da Apae no YouTube, com a participação da médica geneticista e responsável técnica de Saúde da Apae Salvador, Helena Pimentel, além de especialistas da Bahia e outros estados. A programação terá um diálogo sobre a história do programa de triagem, mostrando os números, além de falar sobre a ampliação do programa.

"A importância do teste do pezinho, feito no calcanhar, através do sangue da criança, é detectar e prevenir as doenças que podem existir e que precisam ser tratadas", diz Helena. "Sem o exame, se descobrir posteriormente que aquela criança tem uma determinada doença, já vai ser a seqüela da doença, que é possível tratar, porém com

uma menor eficácia", acrescenta.

Se não tratadas a tempo, as doenças diagnosticadas no teste do pezinho podem causar retardo mental na criança ou afetarão gravemente a saúde, podendo até levar à morte prematura. Com o tratamento oportuno, há uma grande chance de que essa doença não cause sequelas ou possa afetar a qualidade de vida dos acometidos, enfatiza a médica diretora da Apae Salvador.

O exame normalmente deve ser entre o 3º e 5º dia após o nascimento. Entretanto, com a pandemia, é orientado pela Apae Salvador, serviço de referência da Triagem Neonatal no estado da Bahia, que seja feito na maternidade assim que o bebê receber alta médica.

Uma live ocorre na próxima quinta-feira (17), às 19h, no canal da Apae no YouTube

Para aqueles que tiverem alta antes do período de 48h, se fizerem a coleta, deverão realizar a segunda quando a mãe precisar ir a um posto de saúde, para tomar uma vacina, por exemplo.

Doenças

Há várias doenças que podem ser detectadas com o teste, entre elas as mais frequentes são a doença falciforme (que atinge 1 a cada 600 recém-nascidos), hipotireoidismo congênito (1 em 2.500) e a fenilcetonúria (1 em 14.000).

Além delas, outras raras doenças podem ser descobertas, como fibrose cística, hiperplasia adrenal congênita, deficiência de biotinidase e aminoacidopatias, além de outras hemoglobinopatias.

Em um ano, foi percebida uma redução de 0,8% nos testes neonatais, de janeiro a maio. Para Maria Auxiliadora, avó de Laura da Silva, de cinco anos, diagnosticada com gipotireoidismo congênito e tratada pelo Apae, os testes salvaram sua neta. "Para nós foi muito importante, porque, graças ao teste do pezinho, Laurinha hoje é uma criança normal", afirma.

STF extingue ação da Ufba sobre leitos

DA REDAÇÃO

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, extinguiu o pedido de suspensão de tutela provisória proposta pela Universidade Federal da Bahia (Ufba) contra a instalação de leitos de UTI no Hospital Salvador direcionados a pacientes do SUS com Covid-19.

A decisão do magistrado considera o encerramento do contrato de aluguel do hospital com a universidade e a desocupação dos espaços onde funcionavam a Maternidade Climério de Oliveira, gerida pela Ufba.

"Ante a alteração do quadro fático da época do ajuizamento do presente incidente, verifica-se a perda superveniente do interesse processual, de modo a restar prejudicado o presente incidente de contracautela", afirmou Fux na decisão.

Pandemia

O Hospital Salvador foi contratado em 2018 para instalar provisoriamente a Maternidade Climério de Oliveira. Em julho de 2020, a prefeitura de Salvador, em parceria com o hospital, instalou novos leitos para tra-

tamento da Covid-19, levando a universidade a ajuizar ação civil pública contra a medida.

"Intimada, a Universidade Federal da Bahia - UFBA informou que 'o contrato de aluguel entre essa Universidade e a Medtower foi encerrado' e que 'a Maternidade Climério de Oliveira desocupou todos os espaços do Hospital Salvador e está funcionando em seu prédio próprio no bairro de Nazaré', razão pela qual não teria mais interesse no presente incidente", descreveu Fux em seu relatório.

Universidade ajuizou ação após a prefeitura de Salvador instalar leitos para pacientes com Covid-19 no Hospital Salvador

Saúde autoriza mais leitos para Bahia e outros estados

AGÊNCIA BRASIL

Mais 364 leitos de suporte ventilatório pulmonar para atendimento exclusivo aos pacientes confirmados ou com suspeita de Covid-19 foram autorizados ontem pelo Ministério da Saúde.

Segundo a pasta, a autorização ocorre sob demanda dos estados. Desde o início do ano, mais de 3,1 mil leitos desse tipo foram autorizados, totalizando um investimento de R\$ 176,3 milhões do governo federal. De acordo com o ministério, os leitos de suporte ventilatório pulmonar são voltados para pacientes que não evoluíram para estado grave mas necessitam de suporte de oxigênio.

As autorizações, em caráter excepcional e temporário, são destinadas para os estados da Bahia, Amazonas, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Pará, Rio Grande do Norte, Goiás, Mato Grosso, Paraíba e Paraná. O valor do repasse mensal é de mais de R\$ 5,2 milhões, correspondente a maio e junho.

ECONOMIA

Safr de grãos da Bahia será 4% maior que em 2020

PRODUTIVIDADE A partir do resultado positivo da colheita da soja obtido em maio, a previsão é que a safra de grãos na Bahia em 2021 atinja o recorde de 10.474.922 toneladas, número 4,1% maior que o do ano passado (10.063.245 toneladas). Com isso, a Bahia volta a ultrapassar São Paulo e deverá ter, em 2021, a sétima maior produção de grãos do país, respondendo por 4,0% do total nacional. As informações são do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado em maio, e divulgadas nessa quinta (10) pelo IBGE. Em nível nacional, a estimativa de maio para a safra de grãos 2021 também é de um recorde. Neste ano, a produção brasileira deve chegar a 262,8 milhões de toneladas, 3,4% maior que a do ano passado (que foi de 254,1 milhões de toneladas).

A previsão é que 15 das 26 safras de produtos investigadas no estado sejam maiores em 2021 do que em 2020. Para o consultor de agronegócio da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), Luiz Stahlke, os números positivos se devem às condições climáticas e ao emprego de tecnologia. "Aqui o produtor vem, nos últimos anos, melhorando muito a qualidade e fertilidade do solo. A gente tem um trabalho muito grande de inserção da tecnologia, cuidado com o solo, que tem propiciado essas grandes médias. Tudo isso aliado ao

clima, que tem ajudado bastante", aponta.

Outra previsão feita em abril apontava 10.063.245 toneladas de grãos para a Bahia 2021, mas o número foi atualizado para 10.474.922 toneladas devido à revisão positiva da soja. Com fim da colheita em maio, a oleaginosa, com campos cultivados que somam 1,7 milhão de hectares, apresentou alta de 3,9%, de abril para maio e obteve, em 2021, a maior safra da série

histórica, iniciada em 2006: 6,834 milhões de toneladas. Com isso, a Bahia foi novamente a campeã nacional de produtividade, atingindo média de 67 sacas por hectare, superando o estado de Minas Gerais, que colheu 62,5 sacas/ha.

A demanda por soja no mercado externo fez com que o valor da saca disparasse, ficando acima de R\$160,00. De acordo com Luiz Stahlke, cerca de 55% desse grão é destinado à ex-

portação. "Isso vai para países da Ásia, principalmente a China. O restante é para o mercado interno", pontua.

De abril para maio houve também revisões positivas nas estimativas das safras de algodão e do milho. A estimativa para a safra de algodão cresceu 2,5% (30 mil toneladas) entre os dois meses, chegando a 1.232.000 toneladas. Porém, este número ainda é 16,5% menor que o de 2020 (1.475.000 toneladas)



Os resultados da colheita de soja fez o IBGE revisar suas projeções de colheita para o estado e para o Brasil

NOEMI PACHECO/FOTOS PÚBLICAS

Programa do Google vai apoiar 20 mil pequenos negócios no Brasil

E-COMMERCE O Google anunciou nesta quinta (10/6) o lançamento da segunda edição do programa "Cresça suas vendas com o Google". A empresa de tecnologia pretende atender 20 mil pequenos e médios empreendedores (PMEs) brasileiros até o final do ano com o novo modelo. Por meio de companhias parceiras, serão oferecidos, por exemplo, suporte nos meios de pagamento, gerenciamento de estoque e capacitação empresarial.

No ano passado, 7 mil pequenos e médios empreendedores participantes abriram lojas virtuais por meio da primeira etapa do programa, lançada em agosto de 2020. No entanto, a atualização busca ampliar o escopo de apoio, indo além da criação de pontos de vendas eletrônicos, segundo declarou a diretora de marketing do Google Brasil, Susana Ayarza.

"Aprendemos que vender online não significa necessariamente ter um e-com-

merce próprio. Precisamos oferecer suportes personalizados, porque os negócios estão em níveis diferentes estágios de desenvolvimento", comenta a representante da empresa de tecnologia.

Ayarza também destaca que apesar da meta de atender 20 mil pequenos e médios empreendedores, o "Cresça suas vendas com o Google" não tem limite de acesso ou capacidade, considerando o compromisso da empresa com o setor em

meio à conjuntura de crise. "Entendemos que esses negócios têm um papel importante na geração de emprego e receita para o País, ainda mais nesse momento de pandemia. Queremos garantir que eles tenham ferramentas para navegar em tempos tão incertos para atingirem sucesso no mundo virtual", diz a executiva. Mais informações sobre o programa estão disponíveis no site g.co/CresçaSuasVendas

MILITARES PODEM CUSTAR R\$ 703,8 BI AO PAÍS

ROMBO A União teria de desembolsar R\$ 703,8 bilhões caso tivesse de pagar hoje todos os benefícios futuros dos militares ativos e inativos das Forças Armadas e seus pensionistas. O custo, chamado de déficit atuarial, foi calculado pela primeira vez pelo Ministério da Economia e divulgado ontem. O rombo existe porque, mesmo com o aumento da alíquota de contribuição de 7,5% para 10,5% para os militares ativos e inativos e extensão da cobrança para pensionistas, os valores arrecadados são insuficientes para cobrir a diferença deixada pelas despesas futuras. A diferença vira um custo extrapotencial, a ser honrado no futuro, e por isso precisa ser provisionado no balanço da União. Na última reforma dos militares, a categoria foi agraciada com uma série de gratificações e reajustes, além de regra de transição mais suave que os servidores civis ou trabalhadores que contribuem ao INSS.

Mesmo com o aumento da contribuição previdenciária das tropas, reservistas e pensionistas, a arrecadação continua insuficiente

PRODUÇÃO DE MOTOCICLETAS CAI 15,1% EM MAIO

DESCOMPASSO A produção de motos caiu 15,1% na passagem de abril para maio, somando 103,8 mil unidades, o que voltou a aumentar a lista de espera pelo produto nas concessionárias, informaram ontem a Abraciclo, associação que representa as montadoras de motocicletas instaladas no polo industrial de Manaus. Durante a apresentação do balanço do mês passado, o presidente da entidade, Marcos Fermanian, disse que, embora a demanda por motos siga em alta pela expansão dos serviços de entrega (delivery) e busca por transporte individual na pandemia, os protocolos de segurança adotados pelas fábricas para evitar a contaminação impedem o aumento de produção, gerando descompasso entre consumo e oferta. "Temos capacidade instalada, o problema é aumentar a produção sem aglomerar dentro da fábrica", comentou.

Apesar do aumento da demanda na pandemia, as fábricas não podem aumentar a produção para evitar aglomerações de trabalhadores

REPRODUÇÃO



Carlos Falcão é o líder do grupo Business Bahia

Campanha Made in Bahia comemora um ano de lançada

CONSCIENTIZAÇÃO A campanha Made In Bahia comemora um ano desde que foi lançada pelo grupo Business Bahia. A ação, que tem o objetivo de conscientizar o consumidor da importância de adquirir produtos e serviços locais, teve um alcance estimado de 8 milhões de pessoas durante este período. Centenas de empresas, dezenas de autoridades e líderes empresariais aderiram ao projeto do selo Made in Bahia, que se transformou em lei aprovada na Assembleia Legislativa da Bahia (Alba).

A campanha está completando um ano, e para celebrar essa data várias ações estão sendo organizadas pelos membros do Business Bahia e pela agência Salva. "O espírito do Made in Bahia é a união de todos em prol da economia baiana, gerando riqueza e empregos em nosso Estado" afirma Carlos Falcão, líder do Business Bahia.

Ainda segundo o empresário, a Made in Bahia busca despertar a consciência dos baianos da importância de privilegiar o consumo de produtos e serviços locais. Inicialmente lançada como campanha, hoje o Made in Bahia é um Núcleo na Associação Comercial, apoiadora master da campanha. Um novo objetivo do grupo é o de pensar um programa estadual para gerar vantagens competitivas para as empresas baianas.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,0648	R\$ 5,0658
Dólar Turismo	R\$ 5,0800	R\$ 5,2270
Euro turismo	R\$ 6,2000	R\$ 3,800

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Ibovespa	130.076,17	+0,13%

POUPANÇA

11/06/2021 0,1559 %

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Maio	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,83%	3,22%	8,06%
INPC/IBGE	0,96%	3,33%	8,9%
IGP-M/FGV	4,10%	14,39%	37,04%

FAROL ECONÔMICO

POR DONALDSON GOMES

@donaldsongomes



ADAPTAÇÃO

A Aviva, detentora da Costa do Sauípe e Rio Quente, além do parque aquático Hot Park, se preparou para a retomada de eventos em seus destinos, com a adoção de mais de 170 novos procedimentos de segurança e proteção contra a covid-19, 65 mil novos materiais de operação adaptados aos protocolos e cerca de 13 mil sinalizações nos destinos. Isso tudo, além da experiência da equipe. No ano passado, já seguindo novos protocolos de segurança e com capacidade reduzida, a Costa do Sauípe recebeu dois eventos, um da GoEyewear, voltado para clientes e representantes de óticas da região Nordeste, e outro da Agaxtur. No segundo semestre de 2021, há a previsão da realização de mais dois. A empresa vem realizando diversos investimentos em melhorias e na implementação dos novos protocolos de segurança. São R\$ 10 milhões já investidos em infraestrutura e equipamentos, R\$ 6 milhões em tecnologia wi-fi e R\$ 19 milhões na renovação do Sauípe Premium Brisa.

2 eventos estão previstos para acontecer na Costa do Sauípe ainda este ano

Na terra e no ar

Depois de anunciar Salvador como uma das cidades escolhidas para receber os primeiros voos da Itapemirim Transportes Aéreos, a ITA, o Grupo Itapemirim anunciou uma parceria inédita da Viação Itapemirim com o Salvador Bahia Airport. Pelo acordo, a empresa passa a realizar o transporte de embarque e desembarque de passageiros com voos alocados em área remota. A ITA chega com a proposta de democratizar a aviação comercial brasileira. Será a única companhia a operar voos domésticos com franquia de bagagem gratuita para todos os passageiros, além de oferecer mais espaço entre as poltronas em todas as fileiras e marcação de assentos sem custo adicional.

Quem paga a conta

Após sete meses de queda, a taxa de endividamento da população de Salvador aumentou de 59,1% para 60,5% entre abril e maio, de acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), da Fecomércio-BA. Atualmente, 562,3 mil famílias estão com algum tipo de dívida — 13,2 mil a mais do que em abril. Já a inadimplência permaneceu estável, com 23,2% das famílias.

Na final

A startup baiana Chef2Chef é uma das finalistas do Open Finance Awards, primeira premiação de startups com soluções para open banking do Brasil. A plataforma está concorrendo na categoria de soluções de marketplace. A Chef2Chef lançou o Wallet Digital, serviço que oferece crédito sem juros para os clientes comprarem produtos de fornecedores inscritos na plataforma.

NO HORIZONTE

● **Expansão** A startup baiana de mobilidade urbana e de serviço de delivery, *Gross*, finaliza 2020 em 32 cidades da Bahia e agora chega ao Maranhão. Imperatriz e Açailândia foram as duas primeiras cidades escolhidas. A ideia é fechar 2021 em cerca de 10 cidades lá.

Donaldson Gomes é editor e escreve às sextas-feiras

Taxa de juros sobe em maio para pessoas e empresas

CRÉDITO A deterioração das expectativas relacionadas à inflação e ao desemprego fez dinheiro ficar mais caro no Brasil durante o mês passado. A taxa média de juros das operações de crédito no Brasil registrou alta no mês de maio tanto para as pessoas físicas como para as jurídicas. De acordo com pesquisa da Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), divulgada nessa quinta-feira (10/6), a taxa de juros média geral para pessoa física apresentou elevação de 1,38% no mês, passando de 5,8% (96,71% ao ano) em abril para 5,88% ao mês (98,50% ao ano) em maio. É a maior taxa de juros desde dezembro de 2019.

Para as pessoas jurídicas, também houve registro de elevação nos juros cobrados

nos empréstimos bancários. A taxa média geral para empresas apresentou uma elevação de 1,63% no mês, passando de 3,07% ao mês (43,74% ao ano) em abril para 3,12% ao mês (44,58% ao ano) em maio, a maior taxa de juros desde março de 2020.

Segundo o diretor executivo de Estudos e Pesquisas da Anefac, Miguel José Ri-

beiro de Oliveira, as elevações nas taxas podem ser atribuídas à expectativa de novas elevações da taxa básica de juros (Selic) frente a uma inflação maior, à provável elevação dos índices de inadimplência, e ao anúncio das elevações dos impostos das instituições financeiras da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), em 2021, já aprovada pelo Congresso.

“Essa provável inadimplência pode ocorrer por causa do fim das carências nos empréstimos, como pausas e carência nas negociações de dívidas; desemprego elevado; fim do pagamento dos auxílios emergenciais; elevação da inflação e seus efeitos na renda; e maior seletividade dos bancos na concessão de crédito”, destacou Oliveira.

Aumento da inflação e consequentemente da Selic estão entre as razões para o aumento

Vendas nos supermercados crescem 4%, diz Abras

VOLTA DO AUXÍLIO As vendas nos supermercados registraram um crescimento de 4% no primeiro quadrimestre (1º de janeiro a 30 e abril) de 2021 na comparação com o mesmo período do ano passado. No mês de abril ante o mesmo mês de 2020, houve crescimento de 2,77%. Já em relação a março de 2021, a pesquisa aponta queda de 4,82%, devido a abril ter um dia a menos do que o mês anterior. Os dados são do Índice Nacional de Consumo dos Lares Brasileiros Abras, divulgado ontem pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras).

De acordo com o vice-presidente Administrativo e Institucional da associação, Marcio Milan, a alta das vendas já reflete a volta do auxílio emergencial pago às famílias, e está em linha com as projeções da associação. “Na comparação entre abril de 2021 com o mesmo mês do ano passado, a evolução de 2,77% é sólida porque é calculada sobre um movimento intenso das famílias que buscaram abastecer as casas diante dos primeiros reflexos da pandemia”, disse.

Marcio Milan explicou que a queda das vendas dos supermercados no mês de abril está relacionada ao fato de uma volta gradativa à normalidade e à diminuição de pessoas ainda em trabalho remoto, o que aumenta o

consumo de refeições fora de casa.

“Os fechamentos temporários de lojas decretados por prefeituras também influenciaram o resultado, e levaram os supermercados a enfrentar o problema inclusive com ações na Justiça para garantir o funcionamento dos estabelecimentos, já que a alimentação é direito essencial e os supermercados estão trabalhando para garantir o acesso dos consumidores aos produtos com respeito aos protocolos de saúde e toda segurança”, disse Milan ao analisar o balanço.

A Abras divulgou ainda levantamento de preços de uma cesta composta por 35 produtos mais vendidos nos supermercados. O conjunto desses itens apresentou aumento de 0,92% em abril ante março, passando a valer R\$ 643,67, contra R\$ 637,82 do mês de março.

Para a associação, alta é sólida porque é calculada em momento de volta gradativa à normalidade

GOVERNO SÓ PODE ARRECADAR R\$ 89 BILHÕES COM IMÓVEIS

PROMESSA Apesar da promessa do ministro da Economia, Paulo Guedes, de arrecadar mais de R\$ 1 trilhão com imóveis da União — valor citado pela primeira vez ainda durante a campanha eleitoral de 2018 —, um levantamento do próprio governo indica que apenas R\$ 89 bilhões desses ativos podem ser vendidos. De acordo com um documento do Tesouro Nacional, o governo federal contabiliza R\$ 1,526 trilhão em imóveis. O próprio texto diz que, desse total, R\$ 400,5 bilhões são “passíveis de alienação”. Na prática, contudo, o número é ainda menor. Isso porque, dentro desse universo, R\$ 311,19 bilhões são referentes a imóveis rurais do Incra destinados à reforma agrária e terras públicas da Amazônia Legal, que não estão à venda. Ou seja, o número com que o governo pode efetivamente trabalhar é de R\$ 89,3 bilhões. O Tesouro incluiu na conta total dos imóveis quaisquer bens sobre os quais a União detenha o controle, independentemente do fim a que se destina.

Imóveis do Incra, por exemplo, não podem ser alienados pois são destinados à reforma agrária

POR CARRO VOADOR, EMBRAER NEGOCIA ACORDO NOS EUA

FINANCIAMENTO Em fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários, a fabricante aeronáutica Embraer informou que sua subsidiária dedicada aos carros voadores — a Eve — iniciou negociações relacionadas a uma possível combinação de negócios com a Zanite, uma companhia de capital aberto dos EUA com propósito específico para aquisição. Segundo uma fonte do mercado, um financiamento extra para a Embraer é importante para a empresa tocar o projeto do “carro voador”, dado que o endividamento da companhia é alto e a geração de caixa, baixa.

Gil Santos*

REPORTAGEM

gilvan.santos@redebahia.com.br

Esse ano, mais uma vez, a Bahia não terá festas de São João, mas algumas prefeituras pretendem usar a internet como plataforma para levar o arraiaá até os foliões, por isso, o Ministério Público da Bahia (MP) recomendou cautela aos municípios na hora de montar a festa e pediu para eles redobram os cuidados para evitar aglomerações. A maioria das cidades, no entanto, não tem nada programado para os festejos juninos.

O MP recomenda que as prefeituras observem os princípios da Administração Pública e da licitação, em especial da impessoalidade, publicidade, transparência, economicidade, isonomia e julgamento objetivo, independentemente da modalidade do festejo. A promotora Rita Tourinho explicou que a recomendação não é uma proibição e nem tem efeito de decisão.

“É como se fosse um direcionamento. Mas a palavra correta é essa mesmo: recomendar. Quando a gente faz isso, a gente indica qual é o caminho legal que deve ser seguido. Isso faz parte do trabalho do Ministério Público em fiscalizar e essa nossa recomendação está ao encontro do decreto estadual, que visa proibir aglomerações”, explica.

A recomendação à Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia (Bahiatursa) é para que o órgão condicione o repasse de recursos aos municípios para a realização de lives de São João à observância de normas de segurança sanitária em razão da pandemia de covid-19.

As gravações ou transmissões dos artistas não devem ocorrer em locais públicos ou de acesso ao público, para evitar a ocorrência de aglomerações, e os organizadores precisam incluir mensagens educativas, intercaladas com as apresentações artísticas, que orientem a população a respeito das medidas de enfrentamento à pandemia.

O advogado Leandro Vargas, professor de direito da Rede UniFTC, explica que uma recomendação do MP pode não ser cumprida, mas o ideal é que os gestores públicos e as procuradorias municipais e estaduais mantenham um diálogo constante com a instituição.

“O MP tem a responsabilidade de manter a ordem jurídica e fiscalizar o poder público. Quem dá respaldo ao seu trabalho é a própria Constituição. A recomendação pode sim ser desrespeitada. Quem descumprir não será preso. Mas antes do MP ingressar com um inquérito civil ou ação judicial, ele recomenda. A autoridade pública pode responder ao MP dizendo que as normas estão

Prefeitura de Amargosa está editando norma para ajudar músicos que tocavam no período juninho



São João na mira do Ministério Público

Bahia Órgão recomenda cautela aos municípios nas lives juninas no estado

sendo cumpridas. É importante manter esse diálogo”, defende.

DECRETO

No mês passado, também preocupado com as aglomerações, o governador Rui Costa editou um decreto suspendendo o transporte intermunicipal entre os dias 20 e 27 de junho. Diferente da recomendação do MP, o decreto governamental tem força de lei e precisa ser seguido à risca. Na ocasião, Rui explicou que o objetivo da proibição é evitar o aumento no número de casos de coronavírus após os festejos.

“Vamos agir no sentido de evitar ao máximo o contágio porque é assim mesmo: toda vez que o povo se junta para uma data comemorativa, nas semanas seguintes há uma explosão de novos casos. Por isso, vamos suspender o transporte intermunicipal no período de São João e São Pedro. Claro que não dá pra impedir que todos se deslo-

Isso faz parte do trabalho do Ministério Público em fiscalizar e essa nossa recomendação está ao encontro do decreto estadual, que visa proibir aglomerações
Rita Tourinho
Promotora

PREFEITURA DE AMARGOSA/DIVULGAÇÃO



Mata de São João decorou as ruas, mas festa na cidade será apenas virtual

'Medo que julho tenha uma tragédia', diz Rui Costa

O governador da Bahia, Rui Costa, demonstrou preocupação com a situação do estado no próximo mês, por conta do cenário atual e pensando no período depois do São João. "Estamos com medo que o começo de julho tenha uma tragédia pior do que o mês de março", afirmou Rui, que participou ontem de uma inauguração de policlínica em Eunápolis, no sul da Bahia.

A situação agora também exige cautela, avisa o gestor. "Estamos muito preocupados agora. Chegamos em março a 20 mil contaminados, e o que aconteceu em março? Uma tragédia", disse. "Qual a diferença do mês de fevereiro e março para agora? Tínhamos leitos va-



Qual a diferença do mês de fevereiro e março para agora? Tínhamos leitos vazios na Bahia inteira, e nós tínhamos capacidade para absorver a multidão que chegou aos hospitais Rui Costa

Governador da Bahia

zios na Bahia inteira, e nós tínhamos capacidade para absorver a multidão que chegou aos hospitais", considerou.

Agora, no entanto, há menos leitos vazios. "Se as festas de São João provocarem uma avalanche de pessoas nos hospitais, só temos 15% de leitos disponíveis", acrescentou. "Se não conseguirmos regular em até 24h, está comprovado que a taxa de mortalidade aumenta".

Rui disse que se isso vai acontecer ou não, "depende do comportamento das pessoas" durante o período junino. "Já vimos que até pequenas aglomerações como no Dia das Mães afeta nos índices", explicou.

Por isso, ele pediu à população que colabore evitando aglomerações. Também criticou o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) pelo ritmo lento de vacinação no país. "Quer pedir ajuda de vocês porque ninguém faz nada sozinho. Precisamos da ajuda e consciência da população. Se dependesse de nós, o povo já estaria vacinado, mas não estamos porque o presidente não comprou vacina e nós temos que superar esse momento agora".

PREFEITURA DE MATA DE SÃO JOÃO/DIVULGAÇÃO



quem, mas vamos tentar mitigar esses efeitos que são sempre preocupantes pós feriados", disse, na época.

Até ontem, o número de pessoas que em algum momento testaram positivo para o novo coronavírus na Bahia era de 1 milhão, com 14 mil casos ativos e 22 mil óbitos. A ocupação dos leitos de UTI está em 84%, mesmo percentual das últimas semanas, e 68% das vagas clínicas estão preenchidas.

Para a estudante Eliana Souza, 26 anos, as ações adotadas pelas autoridades fazem sentido. "Se tiver festa, terá aglomeração. Eu concordo com a decisão de suspender o transporte público e também com a ideia de que é preciso redobrar a atenção com o dinheiro público, mas nada disso vai adiantar se as pessoas não tiverem consciência, se elas pegarem o carro e forem aglomerar na casa dos familiares, no interior", lembrou.

*COLABOROU DANIEL ALOISIO

Municípios prometem seguir protocolos de saúde

Com ou sem recomendação do MP, municípios têm prometido que vão seguir os protocolos de segurança. Em Amargosa, uma das cidades mais procuradas no período junino, o prefeito Júlio Pinheiro contou que está editando uma norma para ajudar atender aos cantores e músicos da região.

"A prefeitura está elaborando um edital para apoio financeiro para os artistas locais, e como contrapartida eles devem apresentar alguma proposta cultural para o período do São João. Nós não podemos realizar eventos on-line com patrocínio da prefeitura por conta da recomendação feita pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas, de que os municípios não devem gastar recursos públicos para realização de lives", afirmou.

No entanto, a promotora Rita Tourinho frisou que o

objetivo da recomendação do MP não é proibir lives. Pelo contrário, a instituição deseja que esses eventos aconteçam, mas da forma correta, com base no que é determinado por lei.

"Nós fizemos essa recomendação à Bahiatursa falando qual é o procedimento correto. O grupo do entretenimento já foi muito prejudicado e é por isso que recomendamos também que a live não seja concentrada em um único artista, mas atenda ao maior número possível. É preciso que a apresentação seja transmitida em um local adequado, sem o acesso ao público. O intuito mesmo é mostrar que não há uma posição do MP de não

fazer live", explica.

Em Cachoeira, no Recôncavo, haverá barreira na entrada da cidade para impedir o acesso de turistas. Não haverá festa nem lives, mas a gestão está cogitando organizar uma feira. Os detalhes ainda estão sendo discutidos.

Lençóis, na Chapada Diamantina, não terá programação festiva esse ano, as reservas das pousadas e hotéis serão limitadas a 60%, e haverá fiscalização nas ruas para evitar aglomerações e o cumprimento das medidas de proteção, por parte dos moradores, e também dos estabelecimentos e turistas.

Em Santo Antônio de Jesus a festa virtual começou no dia 29 de maio, aniversário do município, com uma live de forró com artistas locais e em 5 de maio, um concurso de música escolheu a melhor canção junina do ano com o tema "Plantando esperança para colher alegria em SAJ, o Melhor São João da Bahia". Haverá outra live na véspera do São João.

Mata de São João, na Região Metropolitana, decorou as ruas com bandeirolas para lembrar o clima junino, mas por lá a festa também será virtual. No dia 25 de junho os artistas matenses Júnior Moura, Ricardo Vianna e Adalício farão uma apresentação através do YouTube.

A promotora Rita Tourinho frisou que o objetivo do MP não é proibir lives

REPRODUÇÃO

Redação

REPORTAGEM

redacao@correio24horas.com.br

Os primeiros registros da presença da Wilson Sons na Bahia remontam a 1837. A empresa teve em Salvador, no prédio da Associação Comercial, o seu primeiro escritório. Além disso, durante quase todo o Século XIX, ela foi responsável por importar 70% de todo o carvão que era utilizado no Brasil através do porto da capital baiana. Em dezembro de 1999, a história quase bicentenária ganhou um novo capítulo, quando a empresa ganhou a concessão do Terminal de Contêineres do Porto de Salvador, o Tecon Salvador.

A operação, que se iniciou em março de 2000, já rendeu investimentos superiores a R\$ 900 milhões por parte da empresa, lembra o diretor executivo do Tecon Salvador, Demir Lourenço, durante a participação no programa Política & Economia, transmitido ontem no Instagram do CORREIO (@correio24horas). Ele foi entrevistado pelo editor Donaldson Gomes. No início da operação, o terminal movimentava 30 mil TEUs - unidade correspondente a contêineres de tamanho padrão. "No ano passado, nós movimentamos 340 mil TEUs", compara Lourenço.

"Por mais que a visibilidade daquilo que nós fazemos seja pequena, é importante frisar que boa parte do pão que nós comemos, a farinha que usamos para bolos e biscoitos, o arroz e uma série de produtos do nosso dia a dia chegam ou saem através do Porto de Salvador", lembra.

Nas últimas duas décadas, lembra o executivo do Tecon, o Porto de Salvador recebeu uma série de melhorias que otimizaram sensivelmente a sua operação, tanto em sua área interna, quanto em seus acessos. "Durante muitos anos foi um desafio conviver com o trânsito da cidade e para a cidade conviver conosco. Mas desde a inauguração da Via Expressa Baía de Todos os Santos, essa situação se inverteu e passamos a ter um acesso privilegiado", lembra.

"É importante que o baiano saiba que Salvador é, de longe, o maior porto em movimentação de contêineres de longo curso do Nordeste", ressalta o executivo do Tecon. "Em 2020, movimentamos 191 mil TEUs, Suape (em Pernambuco) movimentou 90 mil e Pecem (no Ceará), 37 mil TEUs", compara.

Demir Lourenço diz que a única vantagem que outros estados do Nordeste podem ter sobre a Bahia na questão portuária é em relação ao marketing. "Nossos portos estão espalhados pela Baía de Todos os Santos. Juntos, movimentamos mais que qualquer estado do Nordeste".

Nos últimos anos, o Tecon construiu um novo berço de atracação. A área principal tinha 377 metros e foi construído um novo, com mais



O jornalista Donaldson Gomes, editor do CORREIO, durante entrevista com o diretor executivo do Tecon Salvador, Demir Lourenço, sobre os investimentos da Wilson Sons na Bahia

Boa parte do pão que nós comemos, a farinha que usamos para bolos e biscoitos, o arroz e uma série de produtos do nosso dia a dia chegam ou saem através do Porto de Salvador **Demir Lourenço**

Diretor Executivo do Tecon Salvador

As pessoas foram para casa, mas começaram a consumir de lá. Veja, o comércio eletrônico explodiu, todo mundo buscou melhorar as suas casas e investiram nisso **Demir Lourenço**

Diretor Executivo do Tecon Salvador

'Salvador é líder em navegação de longo curso'

Política & Economia Diretor do Tecon ressalta estrutura do porto para a economia da região Nordeste do Brasil

423 metros. "Hoje temos 800 metros de cais linear, estamos dragando estes berços para que eles fiquem com uma profundidade de 16 metros, para termos uma profundidade adequada à nova realidade de navios", conta.

Além disso, lembra ele, houve um investimento em novos guindastes muito grandes, chamados de portaineres. Os equipamentos têm capacidade para içar cargas a 51 metros do solo, diz. "Na totalidade, são quase 120 metros de altura. Conseguem colocar cargas a 66 metros da face do cais. Estamos totalmente adequados a receber os novos gigantes dos mares", comemora.

Em outra frente, outros 30 mil metros de

quadrados foram dotados de infraestrutura e cinco novas pontes rolantes para a movimentação de cargas foram compradas, além do investimento contínuo em atualização do sistema de gestão de cargas, conta.

"Quem passa pela Avenida da França, pela Engenheiro Oscar Pontes e olha para o porto, não tem ideia do que existe de tecnologia e equipamentos de ponta logo depois daqueles muros", afirma De-

mir Lourenço.

PANDEMIA

Quem vê os números do Tecon pode não perceber, mas enfrentar a pandemia do coronavírus foi um enorme desafio, lembra Demir Lourenço. Segundo ele, a empresa adotou uma série de medidas de segurança para proteger os seus colaboradores e manter a operação, reconhecida como essencial, no ano passado e agora em 2021. O resultado é que no último ano, apesar de todos os percalços, foi registrado um crescimento de 2%. E agora, em 2021 o Tecon registrou nos quatro primeiros meses deste ano o seu melhor primeiro trimestre, entre janeiro e abril, além de ter registrado novo crescimento em maio.

"A gente finalizou 2020 com uma produtividade muito boa, mesmo tendo que afastar uma parte de nosso quadro. Eu me surpreendi porque achava que o ano seria muito ruim e o segundo trimestre realmente foi. Mas depois disso, houve uma recuperação muito boa", lembra.

Ele acredita que a retomada de economias importantes no comércio internacional, com destaque para a China, foi fundamental para impulsionar essa retomada. "A China voltou muito rápido e tudo o que aconteceu no início do ano passado causou uma ruptura na cadeia de fornecimento de várias indústrias, que agora se movimentam para recuperar isso", explica. "As pessoas foram para casa, mas começaram a consumir de lá. Veja, o comércio eletrônico explodiu, todo mundo buscou melhorar as suas casas e investiram nisso".

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 11/06/2021	Página: 02

Tribuna

Doses

A Bahia receberá uma remessa com 180.600 doses de vacinas contra a Covid-19 fabricadas pelo laboratório Janssen. A previsão é que os imunizantes cheguem ao estado na próxima semana. O quantitativo será destinado 50% para a capital e a outra metade será distribuída proporcionalmente para os demais municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS), além de Santo Amaro, Conde e Saubara. As vacinas serão utilizadas para dar prosseguimento ao plano de vacinação que está sendo executado pelos municípios.

Custo

A União teria de desembolsar R\$ 703,8 bilhões caso tivesse de pagar hoje todos os benefícios futuros dos militares ativos e inativos das Forças Armadas e seus pensionistas. O custo, chamado de déficit atuarial, foi calculado pela primeira vez pelo Ministério da Economia, após o TCU ter conseguido no ano passado abrir a caixa-preta dos dados do sistema de proteção social das tropas.

Renda do brasileiro cai 10% com inflação em alta e perda de renda

THAIS CARRANÇA -
@TCARRAN
DA BBC NEWS BRASIL EM SÃO
PAULO

O professor de música Ezequiel Moreira Franco Júnior, de 43 anos e morador de Belo Horizonte, ganhava entre R\$ 1.500 e R\$ 1.800 por mês antes da pandemia, dando aulas particulares de violão, flauta doce, pandeiro, técnica vocal e teoria musical.

Com a crise sanitária, Ezequiel viu o número de alunos minguar, mas em 2020, contou com o auxílio emergencial de R\$ 600 para segurar as pontas. Esse ano, não foi contemplado pela ajuda do governo e está vivendo com R\$ 360 que ganha dos alunos que lhe restaram e dependendo da família para se manter.

Formada em Moda, Design e Estilismo pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), a teresinense Adrilayne Cristina Machado Sousa, de 24 anos, tinha carteira assinada em seu emprego como produ-

tora de moda em uma loja de roupas. Nesse início de ano, teve seu contrato formal encerrado e foi recontratada como prestadora de serviço pela metade do salário, vendo sua renda cair de R\$ 1.110 para pouco mais de R\$ 500 de um dia para o outro.

Na casa de Cristina, sua mãe, professora em escola particular, também teve o salário reduzido, de pouco mais de um salário mínimo (cujo valor está em R\$ 1.100 em 2021), para algo em torno de R\$ 800. Com a perda de renda de mãe e filha, é o pai, técnico de eletrônica informal, que está mantendo a maior parte dos gastos da família, que foram diminuídos.

PIB EM ALTA, RENDA EM BAIXA

Segundo levantamento realizado por Daniel Duque, pesquisador do Ibre-FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), a renda média domiciliar per capita (por pessoa).

Tribuna

Venda e aluguel de imóveis usados crescem 87% na Bahia

Setor imobiliário continua aquecido no Estado, mesmo com a pandemia, e mais famílias desejam ir para outra moradia

LILY MENEZES
ESTAGIÁRIA

"Boa romaria faz quem em sua casa está em paz". Não importa a crença, a conquista de um lugar para morar é essencial para qualquer família. Mesmo com a crise sanitária do coronavírus, o setor imobiliário baiano está otimista e muito disso se deve ao chamado "mercado secundário", que envolve propriedades usadas e teve um crescimento de 87% no primeiro trimestre deste ano em comparação ao mesmo período de 2020. O Painel do Mercado Imobiliário, elaborado pela plataforma de soluções imobiliárias Kenlo, revela que na Bahia foram fechados 202 negócios envolvendo imóveis usados, representando quase o dobro do visto no ano anterior. Aumentaram também as visitas, de forma mais sutil: os potenciais compradores visitaram propriedades 582 vezes, ante as 520 visitas do primeiro trimestre de 2020. A iniciativa da Kenlo acompanhou o comportamento de quase 8 mil empresas do ramo e 47 mil corretores em todo o país.

IMPULSO

Para a especialista de mercado da área de Inteligência Denise Ghiu, o impulso ganhou pelo mercado de usados foi uma surpresa. "Podem

atribuir isso a dois fatores: a atratividade do crédito e a confiança dos empresários. A Bahia teve uma procura de imóveis acima da média nacional", analisou. A tendência de procura de imóveis usados deve se manter após a pandemia, especialmente por conta do trabalho remoto. Houve uma mudança significativa no tipo de propriedade comprada: 80% dos negócios fechados envolveram casas. "As pessoas estão fugindo das aglomerações. Embora em Salvador ainda haja uma busca maior pelos apartamentos, até por causa da maior disponibilidade, há um movimento para fora da capital. No interior, as pessoas vão preferir casas, justamente por causa da liberdade de movimento e ter menos gente", explicou Ghiu, que comentou ainda sobre a diferença do custo das propriedades entre a capital e o interior da Bahia. "Muitas vezes, o preço de um apartamento na cidade é o preço de uma boa casa no interior".

MUDANÇAS

No Estado, o valor médio das transações em abril ficou em R\$ 312 mil, o maior entre os nove estados do Nordeste, cuja mediana foi de R\$ 240 mil. Cláudio Cunha, presidente da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia



Foto: Reginaldo Ipi

(ADEMI-BA) também acredita que o 'novo normal' vai mudar a forma de morar das famílias, que buscam por residências que contemplem a qualidade de vida. "A pandemia vem mostrando a necessidade de repensar os investimentos, e o mercado imobiliário pode representar uma aposta segura, dividindo essas aplicações e garantindo retornos palpáveis em empreendimentos que atendam às necessidades que emer-

gem pautadas no novo estilo de vida". Pensando nessas mudanças, a ADEMI construiu o portal 'A Casa que Eu Quero', onde todo o ritual que envolve a compra ou aluguel de um imóvel é feito virtualmente, sem que o interessado precise sair de casa. São mais de 4 mil propriedades em Salvador e em outras partes da Bahia, com valores a partir de R\$ 91 mil, com condições facilitadas. "Sabemos que as pessoas estão bus-

cando por um local que, além de atender suas necessidades, as façam sentir confortáveis e seguras", frisou o dirigente da entidade.

VANTAGENS

Um dos chamarizes do site 'A Casa que Eu Quero' é a possibilidade de financiamento dos imóveis através do programa Casa Verde e Amarela, antigo Minha Casa Minha Vida subsidiado pelo Governo Federal, além do

NEGÓCIOS

Foram realizadas 202 transações envolvendo imóveis usados

parcelamento do valor dentro das opções do Sistema Brasileiro de Poupanças e Empréstimos (SBPE). "A gente sabe que há um ajuste de orçamento familiar. Se as pessoas colocarem na ponta do lápis o valor de aluguel, condomínio e outras despesas, acabam percebendo que vale mais a pena financiar uma casa própria, pois o valor da parcela não é muito diferente", argumentou Denise Ghiu. Outra alternativa é o home equity, operado pela Kenlo, que consiste numa linha de crédito onde o interessado em mudar de casa não precisa sair de onde reside no momento; o imóvel quitado é a garantia, com o benefício de um valor mais alto para financiamento e juros mais atrativos. Uma propriedade usada ainda abre espaço para mudanças na estrutura e disposição ao gosto do dono; na pandemia, o ritmo de reformas e intervenções nas moradias aumentou. "Isso vai impulsionar o mercado da construção civil daqui a alguns meses", avaliou Ghiu.

Tribuna

Rui inaugura Policlínica de Saúde em Eunápolis

Nova unidade de saúde vai atender cerca de 230 mil moradores da região em sete municípios

Exames solicitados pelo SUS estão disponíveis para mais cerca de 230 mil baianos, moradores de sete municípios do Extremo Sul do estado, por meio da 17ª Policlínica Regional de Saúde da Bahia, inaugurada nesta quinta-feira (10), em Eunápolis, pelo governador Rui Costa. Com investimento de R\$ 27 milhões, entre obras e equipamentos, a policlínica vai contar ainda com seis micro-ônibus para fazer o transporte gratuito dos pacientes dos municípios de Belmonte, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi e

Santa Cruz Cabralia até Eunápolis, e também a volta para casa. O evento de inauguração contou com a presença do secretário estadual da Saúde, Fábio Vilas-Boas, de representantes dos municípios consorciados e outras autoridades.

De acordo com Rui Costa, além das obras e equipamentos, para o funcionamento da policlínica, o Governo do Estado também arca com 40% dos custos. "Os outros 60% são divididos entre os municípios consorciados, proporcionalmente à população de cada

um deles. Então, as prefeituras que já aderiram aos consórcios tiveram redução da sua despesa, pois o valor pago às policlínicas leva em conta apenas o pagamento dos profissionais, a manutenção e os materiais utilizados, não inclui o que foi investido na unidade", destacou.

Sobre Porto Seguro, município pertencente à região, que não aderiu ao consórcio, o governador garantiu que a adesão pode ser feita a qualquer momento. "As policlínicas estão de portas abertas, e o gestor pode fazer a consulta de

quanto a prefeitura, proporcionalmente, vai gastar com os custos dos serviços", explicou. O município de Eunápolis foi o sétimo e último a assinar o contrato e ingressar no consórcio, na quarta-feira (10). Com isso, o taxista Sergio Luís Oliveira, 58 anos, está coberto. "Com a chegada dessa policlínica, a saúde de Eunápolis e região vai ficar fortalecida. A população vai ter mais opção para poder fazer seus exames. Eu acredito que vai melhorar bastante a saúde para a nossa região", afirmou.



Foto- Fernando Vivas

OBRAS

Investimento da policlínica foi de R\$ 27 milhões

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 11/06/2021	Página: 07

Tribuna

Safra de grãos na Bahia pode alcançar 10,4 mi de toneladas

A safra de cereais, oleaginosas e leguminosas na Bahia pode alcançar 10,4 milhões de toneladas em 2021. O resultado representa um aumento de 4,1% na comparação com a safra 2020, que foi o melhor resultado da série histórica da pesquisa. Os dados foram revelados nesta quinta-feira (10) pelo quinto Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), referente ao último mês de maio, realizado pelo IBGE e sistematizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia da Secretaria Estadual do Planeja-

mento (Seplan).

Para o vice-governador João Leão, secretário do Planejamento, a agricultura baiana, mais uma vez, mostra sua força e por que tem uma participação tão efetiva na economia do estado. “Para quem conhece o potencial da agricultura baiana, este resultado não é uma surpresa. Com o nível de profissionalismo que atingimos na produção de grãos, que adota o que há de mais moderno no que se refere à técnica e ferramentas de produção, o segmento ainda contribuirá muito com o crescimento econômico da Bahia”.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 10/06/2021	



Bahia receberá 180.600 doses de vacinas da Janssen

10 junho 2021



Foto: Leonardo Rattes/Saúde GOVBA

A Bahia receberá uma remessa com 180.600 doses de vacinas contra a Covid-19 fabricadas pelo laboratório Janssen. A previsão é que os imunizantes cheguem ao estado na próxima semana. O quantitativo será destinado 50% para a capital e a outra metade será distribuída proporcionalmente para os demais municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS), além de Santo Amaro, Conde e Saubara. As vacinas serão utilizadas para dar prosseguimento ao plano de vacinação que está sendo executado pelos municípios.

Saiba mais: [Confira o vacinômetro e tire dúvidas sobre a Vacinação Contra o Coronavírus na Bahia.](#)

Essa distribuição ficou acordada em reunião da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), instância deliberativa da saúde que reúne representantes dos 417 municípios e o Estado, realizada nesta quinta-feira (10). A coordenadora de imunização do Estado, Vânia Rebouças, esclarece que nas próximas remessas haverá um ajuste para que as vacinas continuem sendo distribuídas de forma proporcional. “Os 417 municípios baianos continuarão a receber equitativamente as vacinas, tendo como referência a quantidade de pessoas de cada público-alvo nas localidades”, afirma.

Vânia Rebouças explica também que a decisão tomada na reunião da CIB levou em conta o curto prazo de validade da remessa que será enviada para os estados. “Os municípios assumiram o compromisso de fazer uso de 100% das doses recebidas em um curto prazo, que é inferior a 15 dias”, aponta.

O secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas, destaca que “a grande diferença da vacina do laboratório Janssen das demais que estão sendo utilizadas até o momento no Brasil é que é dose única. O armazenamento do imunobiológico pode ser feito em geladeiras comuns, de 2°C a 8°C”.

Fonte: Ascom/Sesab

Veículo: Gov Bahia	
Data: 10/06/2021	



Safra de grãos na Bahia pode alcançar 10,4 milhões de toneladas em 2021

10 junho 2021



Foto: Aiba

A safra de cereais, oleaginosas e leguminosas na Bahia pode alcançar 10,4 milhões de toneladas em 2021. O resultado representa um aumento de 4,1% na comparação com a safra 2020, que foi o melhor resultado da série histórica da pesquisa. Os dados foram revelados nesta quinta-feira (10) pelo quinto Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), referente ao último mês de maio, realizado pelo IBGE e sistematizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia da Secretaria do Planejamento do Estado (Seplan).

Para o vice-governador João Leão, secretário do Planejamento, a agricultura baiana, mais uma vez, mostra sua força e por que tem uma participação tão efetiva na economia do estado. “Para quem conhece o potencial da agricultura no nosso estado, este resultado não é uma surpresa. Com o nível de profissionalismo que atingimos na produção de grãos na Bahia, que adota o que há de mais moderno no que se refere à técnica e ferramentas de produção, o segmento ainda contribuirá muito com o crescimento econômico deste estado”.

Em relação ao levantamento do mês anterior, o resultado apresentou uma variação positiva de 4,1 pontos percentuais. Destaque positivo para a lavoura da soja, cuja produção deve alcançar a máxima histórica. Por outro lado, as demais lavouras dos principais grãos deverão ter níveis de produção inferiores aos de 2020, em razão de fatores climáticos assim como de mercado.

As áreas plantada e colhida ficaram ambas estimadas em 3,18 milhões de hectares (ha), o que corresponde, nas projeções do IBGE, a uma expansão de 2,2% na comparação interanual. Dessa forma, a produtividade média estimada para a safra de grãos, no estado, foi de 3,28 t./ha, 1,9% inferior à do ano passado.

A soja, cuja fase de colheita está em fase de conclusão, teve a estimativa revisada para 6,8 milhões de toneladas – a maior da série histórica do levantamento –, alta de 12,6% em relação a 2020. A estimativa da área plantada soma 1,7 milhão ha., que supera em 4,9% a de 2020, e o rendimento médio esperado da lavoura é de 4,0 t./ha.

A produção de algodão (caroço e pluma), em 2021, manteve-se projetada em torno de 1,2 milhão de t., que representa retração de 16,5% na comparação anual. A previsão de área plantada está em 266 mil ha, recuo de 15,6% na mesma base de comparação.

A expectativa para as duas safras anuais de milho totalizou 2,5 milhões de toneladas em 2021, o que corresponde ainda a uma retração de 3,1% na comparação anual. Com relação à área plantada (670 mil ha), o IBGE indica uma expansão de 7,5% sobre 2020.

Na atual temporada, a produção total de feijão deve somar 202 mil t., o que implica um recuo 30,3% em relação a 2020. Apesar disso, o levantamento revela uma área plantada (417 mil ha.) 1,7% inferior à verificada no ano passado. A má distribuição de chuvas é possivelmente o principal determinante do resultado da lavoura, cuja produção é predominantemente em área não irrigada.

Para a lavoura da cana-de-açúcar, o IBGE estima 5,4 milhões de t., alta de 5,8% em relação à safra anterior. A estimativa de cacau ficou projetada em 110 mil t., queda de 6,8% na comparação com 2020.

A estimativa deste ano para o café ficou em 218,2 mil t., 11,3% abaixo da produção verificada no ano passado. A safra do tipo arábica ficou projetada em 92 mil t., variação negativa anual de 23,7%, e a da canéfora, em 126,2 mil t., correspondendo a um ligeiro aumento de 0,5%, na mesma base de comparação.

As estimativas para as lavouras de banana (878,5 mil t.), laranja (634,3 mil t.) e uva (52,3 mil t.) registraram, respectivamente, variações positivas de 3,4%, 0,2% e 15,3%, em relação à safra anterior.

As projeções ainda indicam uma produção de 861,5 mil t. de mandioca, 10,5% inferior à de 2020. A batata-inglesa teve sua produção estimada em 327 mil toneladas, crescimento interanual de 4,1%. O tomate teve queda nas projeções (13,7%), que ficaram estimadas em 208,2 mil toneladas.

Fonte: Ascom/SEI

MUDANÇA NA PREVIDÊNCIA

FIM DO 'MILAGRE DA APOSENTADORIA'

Governo prepara MP para acabar com brecha que permite mais que triplicar o benefício

GERALDA DOCA
geralda.docca@oglobo.com.br

O governo prepara uma forma de fechar uma brecha aberta pela reforma da Previdência que permite elevar artificialmente benefícios e, por isso, já é conhecida por advogados como o "milagre da aposentadoria". A manobra consiste em fazer uma contribuição extra sobre o teto do INSS antes de dar entrada na aposentaria por idade. Em determinadas condições, é possível inflar o valor do benefício de um salário mínimo para mais de R\$ 3.800. O truque já virou até tema de anúncios na internet, que acenderam o sinal de alerta da equipe econômica. Uma medida provisória (MP) deve ser editada para alterar a legislação.

O segredo para o "milagre" está na mudança na forma de calcular o valor da aposentadoria, em vigor desde novembro de 2019. Na regra anterior, o benefício era baseado na média das 80% maiores contribuições a partir de julho de 1994, quando houve a troca de moeda para o real. Agora, essa conta é feita sobre todos os recolhimentos no mesmo período. A fórmula tende a prejudicar o trabalhador e, por isso, parlamentares incluíram na regra uma forma de evitar perdas: a possibilidade de descartar todas as contribuições de menor valor, desde que fossem mantidos ao menos 15 anos de contribuição — o mínimo para dar entrada no pedido.

TRAVA EXTINTA

Ao mesmo tempo, a nova regulamentação acabou com uma trava que exigia que a média de contribuições fosse calculada com base em um número mínimo de contribuições para servir de denominador na conta. Essa regra

vigou de 1999 a 2019 e buscava justamente evitar que pessoas que contribuíram por pouco tempo depois de 1994 tivessem acesso a aposentadorias incompatíveis com o que de fato recolheram.

Na regra que vigorava antes da reforma, quem desse entrada na aposentadoria em 2019 e tivesse feito 100 recolhimentos ao INSS desde 1994, por exemplo, teria que calcular sua média de contribuições com base em um número maior, obtido por meio de uma fórmula chamada de divisor mínimo — hoje extinta. Assim, o valor do benefício era reduzido.

UMA SÓ CONTRIBUIÇÃO

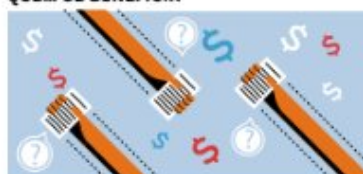
É a combinação de todas essas mudanças que tem permitido inflar aposentadorias. Com a manobra, um trabalhador de 64 anos, por exemplo, que tenha completado 15 anos de contribuição antes de julho de 1994 e que depois disso não recolheu mais para o INSS, pode, antes de se aposentar, fazer uma única contribuição no valor de R\$ 1.286,71 sobre o teto (hoje em R\$ 6.433,57) e obter um benefício de R\$ 3.860,14 — mais que o triplo do valor que conseguiria se não aproveitasse a brecha legal e se aposentasse por idade após completar 65 anos: um salário mínimo (R\$ 1.100).

Isso ocorre porque a média usada para calcular o benefício é resultado da soma dos salários de contribuição dividida pelo total de recolhimentos. Nesse caso, R\$ 6.433,57 dividido por 1. A regra desde a reforma é que a aposentadoria seja de ao menos 60% dessa média, o que dá os R\$ 3.860,14 do exemplo.

Em outro caso, um trabalhador que tenha contribuído para o INSS com um salário mínimo durante 15 anos antes de 1994 e mais sete depois, somando 22 anos, rece-

ENTENDA A LACUNA NA REGRA

QUEM SE BENEFICIA



Trabalhadores que contribuíram ao menos 15 anos antes de julho de 1994 e contribuíram pouco ou nada depois dessa data



Pessoas próximas da aposentadoria por idade (65 anos para homens, 62 para mulheres)

AS REGRAS DO CÁLCULO DO BENEFÍCIO DEPOIS DE REFORMA



Valor base é 60% da média de todos os salários de contribuição desde 1994, com bônus de 2% para cada ano extra de recolhimento, a partir do 16º (mulher) e 21º (homem)



É possível descartar os menores salários de contribuição, desde que mantidos ao menos 15 anos de contribuição

O PASSO A PASSO PARA SE BENEFICIAR DA BRECHA



EXEMPLO CASO A PESSOA NÃO FIZESSE CONTRIBUIÇÃO EXTRA

Caso 1

Quem não tem nenhuma contribuição de julho de 1994 até a data de pedido de aposentadoria: benefício seria de um salário mínimo (R\$ 1.100)

Caso 2

Quem contribuiu só 10 anos de julho de 1994 para cá com média salarial de R\$ 3 mil receberia benefício de R\$ 1.800

UMA ALTERNATIVA PARA FECHAR A BRECHA

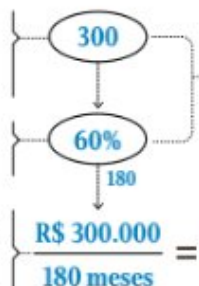
Pode retomar a regra do divisor mínimo, que vigorou de 1999 a 2019, mas acabou com a aprovação da reforma

COMO FUNCIONAVA A REGRA DO DIVISOR MÍNIMO

Governo calcula o número de meses entre julho de 1994 e o pedido de aposentadoria (por exemplo, 300)

Divisor mínimo era 60% desse número (no caso acima, 180)

Um trabalhador que ganhou R\$ 3 mil ao longo de 100 meses dividiria R\$ 300.000 por 180 meses no exemplo acima



A partir disso, o trabalhador divide a soma dos salários de contribuição registrados nesse período pelo número de meses.

Receberia R\$ 1.666,66

beria o equivalente ao mínimo sem recorrer à medida. Já se ele descartar todo o valor recolhido depois de 1994 e fizer uma única contribuição de R\$ 1.286,71 sobre o teto também poderá receber aposentadoria de R\$ 3.860,14.

O governo quer fixar um critério que evite que o segurado eleve o valor do benefício sem a devida contrapartida de contribuições para evitar um descasamento nas contas da Previdência. Embora a reforma tenha sido uma mudança na Constituição, a regulamentação poderia ser feita por MP, porque a brecha está nas normas infraconstitucionais.

O vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Diego Cherulli, alerta que os trabalhadores precisam ter cuidado, porque esse apelo na internet pelo "milagre da aposentadoria" pode induzir a fraudes. Segundo ele, a medida se aplica apenas a casos raros:

—O direito de fato existe, com base em um buraco legislativo. Mas, infelizmente, estamos vendo pessoas induzindo outras a promoverem esse ato, planejarem, o que pode ser irregular e gerar várias complicações.

Ele lembrou que o contribuinte individual só pode realizar as contribuições se estiver trabalhando, tiver renda. Do contrário, pode cometer fraude.

TRABALHO INFANTIL

Em outra frente, o INSS também detectou fraudes que permitem inflar o tempo de contribuição para ter acesso à aposentadoria mais cedo. O alerta também veio nas redes sociais, a partir de propagandas que ensinam como obter declaração de trabalho infantil a fim de completar tempo mínimo de contribuição.

Essa irregularidade já foi detectada pelo órgão em um caso concreto. O INSS identificou a solicitação de um alto executivo que apresentou declaração de trabalho infantil no site do pai para completar o tempo mínimo de 15 anos antes de 1994. O objetivo do segurado era engordar o valor da aposentadoria, já que seria possível descartar contribuições depois desse prazo.

O processo só foi barrado pelo INSS porque o pai do requerente era servidor público. Se fosse filho de segurado especial (rural) ou grande agricultor, passaria no cadastro sem problemas, explicou uma fonte. Para fechar essa brecha, o governo quer proibir declarações de trabalho infantil em grupos familiares.

INSS pagará bônus a servidor para fazer pente-fino

Órgão busca compensar despesa de R\$ 5 bi com ampliação dos critérios de concessão do BPC, voltado a idosos de baixa renda

BRASÍLIA

Para compensar o impacto sobre os cofres públicos de uma mudança nas regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC), voltado a pessoas com deficiência e idosos de baixa renda, o governo deve reeditar uma medida provisória (MP) para fazer um pente-fino em cerca de 600 mil benefícios com suspeita de irregularidades. O texto vai prever o pagamento de bônus para os servidores avaliarem concessões de aposentadorias, pensões, auxílios-doença e

o próprio BPC. No ano passado, esse pagamento extra aos técnicos era de R\$ 57,50 por processo analisado.

A MP deve reduzir parte do gasto de R\$ 5 bilhões atribuído à aprovação de um projeto no Congresso que, na prática, ampliou os critérios de concessão do BPC. Pelas novas regras, pessoas com renda familiar de meio salário mínimo (R\$ 550) por pessoa passam a ter direito ao BPC em determinados casos, como deficiência grave e necessidade de cuidadores. Hoje, a linha de corte para o benefício é renda familiar de

um quarto de salário mínimo (R\$ 275) por pessoa.

A proposta, que também incluirá o mecanismo para fechar a brecha do chamado “milagre da aposentadoria”, faz parte do acordo acertado entre governo e Congresso após a aprovação do projeto que mudou a regra do BPC. O governo editará um decreto detalhando os novos critérios.

ALÉM DO CRITÉRIO DE RENDA

O Executivo avalia que a mudança no critério de renda do BPC é positiva porque introduz o princípio da vulnerabi-

lidade. Em 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que outros aspectos fossem analisados na concessão do benefício, além do critério de renda. Desde então, o Congresso tem aproveitado propostas em tramitação na Casa para tentar elevar a renda na concessão do benefício para meio salário mínimo por pessoa da família automaticamente, mas textos anteriores foram vetados pelo presidente Jair Bolsonaro.

O projeto aprovado pelo Congresso foi resultado de uma MP enviada pelo Exe-

cutivo para reforçar o critério de renda para o BPC em um quarto do salário mínimo. O relator, deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), conseguiu elevar o valor para meio salário após semanas de conversas com a equipe econômica.

—Durante as negociações, a equipe econômica nos informou que tem estudos para compensar o gasto. Foi por isso que aceitou o nosso relatório —disse o deputado.

Segundo ele, o projeto é um avanço porque o BPC é um dos benefícios com maior índice

de judicialização. De acordo com o INSS, há pelo menos 50 ações civis públicas em todo o país que determinam a inclusão de gastos com idosos no critério de renda. Boa parte da despesa adicional de R\$ 5 bilhões já está sendo desembolsada em cumprimento dessas ações, disse um técnico.

O projeto cria também o auxílio-inclusão no valor de meio salário mínimo (R\$ 550), que será pago ao beneficiário do BPC que conseguir emprego com carteira assinada enquanto estiver trabalhando. A medida, que entrará em vigor ainda este ano, não representa custo adicional para o governo porque a pessoa deixará de receber o BPC. Se perder o emprego, volta a receber o benefício normalmente. (Geraldina Doca)

Parque eólico de R\$ 3 bi da Enel entra em operação no Piauí

Segundo a empresa, complexo é o maior da América do Sul. Projeto será capaz de gerar por ano o equivalente ao consumo de 1,6 milhão de residências

BRUNO ROSA
bruno.rosa@oglobo.com.br

A Enel Green Power Brasil iniciou ontem a operação comercial do parque eólico Lagoa dos Ventos, no estado do Piauí. A entrada do projeto em funcionamento ocorre em um momento em que o país passa por uma das maiores crises hídricas da História, o que levou o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) a emitir um alerta de que diversas usinas podem entrar em colapso.

A construção da unidade de 716 megawatts (MW), localizada nos municípios de Lagoa do Barro do Piauí, Queimada Nova e Dom Inocêncio, envolveu um investimento de cerca de R\$ 3 bilhões. Segundo a Enel Green Power, é o maior parque eólico em capacidade instalada em operação na América do Sul.

O parque Lagoa dos Ventos é composto por 230 turbinas eólicas e será capaz de gerar mais de 3,3 terawatts-hora (TWh) por ano, o que equivale ao consumo de 1,6 milhão de residências. Enfileiradas, as turbinas têm uma extensão dez vezes maior que a Ponte Rio-Niterói.

— Como nossa maior usina eólica do mundo, Lagoa dos Ventos representa um passo significativo para o nosso crescimento, contribuindo ainda mais para a diversificação da matriz energética do país — disse Salvatore Bernabei,



Parque Lagoa dos Ventos. Projeto já tem expansão prevista, com investimento de € 360 milhões

presidente da empresa.

O projeto já tem expansão agendada. Em dezembro do ano passado, a Enel anunciou o início da construção de mais uma etapa do Lagoa dos Ventos, com investimento de cerca de € 360 milhões (cerca de R\$ 2,2 bilhões). Com isso, o complexo eólico terá 302 aerogeradores e poderá produzir cerca de 5TWh por ano.

COMPLEXO NO RIO GRANDE DO NORTE

No fim de maio, o BNDES anunciou o financiamento de outro parque eólico, também no Nordeste. O financiamento, no valor de R\$ 216,7

milhões, foi concedido ao grupo econômico Casa dos Ventos, no âmbito do BNDES Finem.

Os recursos correspondem a 76% do valor total do investimento, que será de R\$ 284,8 milhões. A previsão é que o parque entre em operação até dezembro deste ano.

Localizado nos municípios de Riachuelo, Bento Fernandes, Caiçara do Rio do Vento e Ruy Barbosa, no Rio Grande do Norte, o complexo terá 63MW de capacidade instalada, volume que corresponde ao consumo de 130 mil residências.



Estados têm dificuldades para aprovar medidas exigidas por socorro federal

Governadores enfrentam resistência para aprovar medidas como corte de benefícios a servidores e incentivos fiscais, vistas como impopulares faltando pouco mais de um ano para as eleições; Rio e Minas falam em 'atalhos' para aderir a programa

Idiana Tomazelli e Vinicius Neder, O Estado de S.Paulo

11 de junho de 2021 | 05h00

BRASÍLIA E RIO - A pouco mais de um ano das eleições, governadores que querem ingressar no novo **Regime de Recuperação Fiscal** terão de empenhar seu capital político na aprovação de medidas amplas de ajuste. Enquanto **Rio Grande do Sul** e Goiás estão adiantados, **Rio de Janeiro** e **Minas Gerais** devem enfrentar resistências políticas em suas Assembleias. Nesses dois Estados, já se fala em buscar “atalhos” para que sejam aceitos no programa sem cumprir todo o roteiro do ajuste. A tentativa de “abreviar” o percurso para acessar o socorro federal poderia blindar governadores e parlamentares do desgaste de aprovar, às vésperas de uma eleição, medidas impopulares como cortes em incentivos fiscais, extinção de benefícios para servidores e reformas na **Previdência** do funcionalismo estadual. Nos dois Estados com mais medidas pendentes, Rio e Minas, os governadores **Claudio Castro (PL)** e **Romeu Zema (Novo)**, respectivamente, devem concorrer à reeleição.

Qualquer investida para flexibilizar as exigências do programa enfrenta forte oposição do **Ministério da Economia** e também é vista com maus olhos por Estados que têm, ao longo dos últimos anos, implementado duras medidas de contenção de gastos. O temor entre técnicos do governo federal é que a lei seja novamente driblada por

liminares obtidas no **Supremo Tribunal Federal (STF)**, em novo revés na tentativa de incentivar o ajuste dos Estados.

Rio, Minas, **Rio Grande do Sul** e **Goiás** precisam acessar o socorro porque a parcela da dívida com a **União** é muito grande em relação a seus orçamentos, pressionados por rombos na Previdência dos servidores. Eles hoje dependem de liminares judiciais para suspender o pagamento, o que pode ser revertido a qualquer momento.

O Rio foi o único a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), em 2017, mas a experiência revelou problemas do programa, o que levou a uma reformulação aprovada no início deste ano. A lógica de trocar o reescalonamento da dívida com a União por medidas de ajuste fiscal foi mantida, mas se buscou contornar falhas, como um longo período de alívio na dívida sem que o Estado fosse punido por descumprir medidas de ajuste previstas no plano de reequilíbrio.

Assim, as novas regras exigem que o Estado faça a adesão e, então, aprove o pacote de ajuste antes da homologação do plano, que deve ocorrer em até 180 dias a partir da habilitação inicial. O texto coloca como requisito a “implementação” das medidas, ou seja, não bastaria o envio de projetos de lei.

O prazo de seis meses para aprovar o ajuste é considerado exíguo por especialistas e políticos. Rio Grande do Sul e Goiás adotaram uma estratégia de antecipação e têm aprovado medidas desde 2019, com reformas na Previdência e no RH do funcionalismo estadual. Para esses Estados, a única medida que falta é a instituição de um teto para os gastos (que já existe em Goiás, mas precisa ser prorrogado).

Atrasos

Rio e Minas, porém, acumulam pendências. No Rio, falta aprovar mudanças nas regras da Previdência, extinguir benefícios do funcionalismo (como triênios, quinquênios, entre outros) e criar o teto de gastos. Minas, por sua vez, ainda não conseguiu sequer aprovar a lei que autoriza o Estado a aderir ao programa de socorro federal.

Interlocutores do governo mineiro afirmam de forma reservada que o diálogo político tem sido “difícil”.

Deputados desses Estados afirmam ser possível “interpretar” a lei para que o plano seja homologado a partir do envio das propostas ou da aprovação parcial das medidas. O presidente da **Assembleia Legislativa do Rio (Alerj)**, **André Ceciliano**, pretende recorrer ao STF já na próxima semana.

Para o deputado estadual **Luiz Paulo (Cidadania)**, não está claro que os Estados precisam aprovar mudanças na lei assegurando as ações de ajuste antes de homologar o plano. “É uma questão interpretativa”, afirma. Para ele, seria possível aprovar o plano com o **Ministério da Economia** e, posteriormente, aprovar as medidas no **Legislativo**.

Líder do governo na **Assembleia de Minas Gerais (ALMG)**, o deputado **Gustavo Valadares (PSDB)** reconhece que as medidas exigidas são “espinhosas” e que, quanto mais próximo da eleição, mais difícil o convencimento dos parlamentares. “O governo não tem uma base política, então precisa elencar prioridades. A prioridade agora é aprovar a adesão ao regime, e aí vamos construindo o convencimento (para aprovar o ajuste) no dia a dia”, diz.

O **ex-secretário estadual de Fazenda do Rio, Guilherme Mercês**, acha o prazo apertado para qualquer Estado. “A dificuldade é como aprovar as medidas já num ambiente eleitoral. São reformas impopulares”, afirma.

O consultor **Raul Velloso, especialista em contas públicas**, duvida da aprovação de medidas de ajuste em praticamente todos os Estados, em parte porque o calendário eleitoral de 2022 foi mesmo antecipado. “Ou o governador é suficientemente forte e articulado, e aprova o que quiser ou é muito difícil, na maioria dos lugares”, afirma Velloso. Para ele, os Estados acabarão recorrendo ao STF.

No Rio, o processo de aprovação de medidas adicionais de ajuste, para além do que foi aprovado na primeira versão do RRF, pode trazer de volta o clima de “batalha” de 2017. A metáfora não é exagerada. A votação de algumas medidas, como a elevação da contribuição previdenciária dos servidores públicos, de 11% para 14% do salário bruto, se deu sob o barulho de bombas e o cheiro de gás lacrimogênio, enquanto a **Polícia Militar (PM)** tentava conter protesto de servidores. Mesmo assim, a proposta foi aprovada com folga. O quadro agora é diferente. Segundo o deputado estadual **Luiz Paulo**, a base parlamentar do governo é menor do que era em 2017 e o calendário eleitoral afetará as votações.

Rio vai questionar

A Alerj vai questionar no STF a constitucionalidade de alguns pontos do decreto federal, publicado em abril, que regulamentou as novas regras do Regime de Recuperação Fiscal. Semana passada, o Ministério da Economia aceitou o pedido de adesão do Estado ao novo RRF e, agora, o governo fluminense tem prazo de até seis meses para apresentar um novo plano de recuperação fiscal.

André Ceciliano disse que a Alerj vai “ajudar muito” e não “fugirá da responsabilidade” na votação de alterações legais necessárias para implementar medidas de ajuste, mas criticou alguns pontos previstos tanto nas novas regras do programa de socorro quanto no decreto de regulamentação. Ele estimou que o questionamento da constitucionalidade de partes do decreto será ajuizado no STF até o fim da próxima semana.

“O governo federal quer impor (a aprovação de) uma reforma administrativa aos Estados, coisa que nem ele conseguiu fazer no **Congresso Nacional**”, afirmou ele, acrescentando que um Poder não pode determinar ao outro o que fazer. As medidas de ajuste que mexem com benefícios dos servidores são as mais criticadas por Ceciliano. As novas regras exigem o corte de reajustes automáticos por tempo de serviço ou incorporação no salário de gratificações por cargos comissionados.

Concessionárias de aeroportos levam cenário crítico a Guedes

Movimento hoje é metade do que era antes da pandemia e previsão é crescer 30% menos nos próximos 20 anos em relação ao estimado antes da crise

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

11/06/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Os aeroportos concedidos têm hoje metade do movimento que tinham antes da pandemia. Nos próximos 20 anos, vão crescer 30% menos do que o esperado no cenário pré-crise.

Esses foram os dados apresentados pelo presidente da Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos (ANEAA), Dyogo Oliveira, e pelos presidentes das concessionárias de aeroportos durante reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, na quarta-feira.

Diante das perdas de receita já ocorridas e as projetadas para o futuro, as empresas estão protocolando na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro de seus contratos. Caminhos prováveis são a redução das taxas de outorga pagas ao governo ou o alongamento do prazo da concessão.

“O reequilíbrio dos contratos é fundamental para a sustentabilidade dos projetos”, afirmou Dyogo ao Valor. “Sem isso, em face de todas as consequências da pandemia, o setor praticamente se torna inviável.”

Os dados apresentados a Paulo Guedes mostram que o movimento nos aeroportos nos 12 meses encerrados em abril corresponde a 50% do observado em igual

período anterior.

Do crescimento 30% abaixo do estimado antes da crise, 20% são explicados por fatores econômicos, afirmou Dyogo. O Produto Interno Bruto (PIB) vai se recuperar e voltar a crescer, mas estará menor do que seria sem a pandemia de covid-19. Nessa conta, entram também fatores como a redução da renda per capita e aumento do desemprego.

Outros 10% serão perdidos por causa da mudança de hábitos ditada pela pandemia. O uso da tecnologia e novas formas de trabalho reduziram a quantidade de viagens a trabalho.

O governo já reconheceu que as concessionárias de aeroportos, rodovias e portos têm direito ao reequilíbrio de seus contratos em função da pandemia.

Ainda no ano passado, o Ministério da Infraestrutura fez uma consulta à Advocacia-Geral da União (AGU). O órgão entende que a pandemia é considerado um “caso fortuito”. Nesses episódios, a perda tem de ser compensada pelo poder concedente. No caso, o governo federal.

Dyogo informou que as discussões sobre reequilíbrio estão no início. Algumas concessionárias ainda preparam os pedidos para entregar na Anac.

Questionado sobre o valor do reequilíbrio a ser solicitado, Dyogo disse ainda não dispor de um número. Ele comentou que os aeroportos serão afetados de formas diferentes pela crise. Enquanto aqueles mais dedicados a viagens domésticas para visitar a família tendem a se recuperar totalmente, os que concentram mais viagens a trabalho não deverão ter o mesmo desempenho.

Na conversa com Guedes, as empresas falaram sobre a conjuntura do setor. O ministro, por sua vez, se mostrou otimista quanto à recuperação da economia.

Integrantes da equipe ministerial falaram também sobre o programa de transação tributária, que permitirá renegociar dívidas tributárias, com descontos proporcionais à queda no faturamento da empresa.

Esse, porém, não é o caso das concessionárias de aeroportos. Para elas, a solução é o reequilíbrio contratual, disse Dyogo.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Conheça o Pen Drive mais poderoso que um HD externo

DESCONTEEIBR.COM

LINK PATROCINADO

O tênis mais vendido de 2021, agora, com um super desconto!

TÊNIS CATERPILLAR

LINK PATROCINADO

O tênis mais vendido de 2020 agora com 70% de desconto

KING SHOES

LINK PATROCINADO

Depois que descobri isso nunca mais gastei com pedicure

G3 NOTÍCIAS

LINK PATROCINADO

Simulador de corte de cabelo

VISITEI.NET

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Salvador: Implantes dentários são dados praticamente de graça

IMPLANTE DENTARIO | LINKS PATROCINADOS

Mais do Valor **Econômico**

IBGE: Serviços prestados às famílias ainda operam 40,1% abaixo do período pré-pandemia

Pesquisa aponta ainda que alta apurada em abril recupera apenas uma pequena parte da baixa de 28% apurada um mês antes

Manutenção do teto de gastos ajuda, avalia área econômica

Para equipe econômica, manutenção do teto de gastos e o compromisso com a austeridade fiscal estariam alimentando também o processo de crescimento econômico

Por Fabio Graner — De Brasília

11/06/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A surpresa da inflação em maio, colocando o IPCA acima de 8% em 12 meses, está levando a equipe econômica a novamente revisar suas estimativas para a dívida pública. Apesar de não divulgada oficialmente, o número para o principal indicador de solvência do país já está ao redor de 84% do PIB, segundo apurou o **Valor**. A estimativa, contudo, ainda pode mudar.

De acordo com um interlocutor da área econômica, a melhora recente na dívida inegavelmente tem efeito do deflator do PIB (a medida de inflação das contas nacionais), mas não pode ser unicamente atribuída a isso. A visão é que a manutenção do teto de gastos e o compromisso com a austeridade fiscal estariam alimentando também o processo de crescimento econômico, afetando positivamente o PIB, a arrecadação e os indicadores fiscais de forma geral.

Essa fonte destaca que o crescimento real do PIB, que também tem surpreendido positivamente, tem um papel muito importante no resultado da relação dívida/PIB, não só por fazer parte do denominador, mas também por estar impactando favoravelmente o lado das receitas. “Não é só o deflator.”

A avaliação é que o programa fiscal, ancorado no teto de gastos, mas também em medidas de cortes de custos que vêm sendo realizadas pelo governo, ajuda

bastante a melhorar o quadro. E isso alimenta também o crescimento, as melhores expectativas da sociedade e, com isso, girando favoravelmente a roda fiscal, torna incorreta qualquer análise que coloque o resultado e a perspectiva mais favorável só na conta da inflação.

Mas a inflação também causa algum prejuízo para o governo. Um deles é na própria dívida, elevando diretamente o gasto com juros dos títulos atrelados a índices de preços. De janeiro a abril deste ano, segundo dados do BC, os encargos dessa parcela da dívida somaram R\$ 68,1 bilhões, quase o dobro do verificado em igual período do ano passado. Além disso, ao demandar juros básicos mais altos, o IPCA acabará forçando um gasto maior na parte vinculada à Selic.

Além da dívida, outro indicador fiscal da maior relevância tem tido melhoras: o resultado primário. E o principal vetor para isso tem sido a arrecadação, que acumula surpresas positivas há seis meses e, no cenário da Economia, deve caminhar bem nos próximos meses.

Um outro interlocutor evita garantir que houve uma mudança permanente de patamar de arrecadação, mas sinaliza que o quadro ainda é favorável. A fonte explica que vários indicadores macroeconômicos (confiança, crédito, emprego etc.) ainda não dão “sinais claros” se essa trajetória vai se manter, mas, como a economia global está muito forte, com alguns países com ritmo de dois dígitos de expansão, a arrecadação seguir nesse patamar é factível.

Sobre o papel da inflação, que também engorda a receita do governo, a fonte explica que é difícil mensurar qual a parcela dos preços nisso, ainda que o efeito seja relevante. Ela lembra que o próprio efeito preço, como no caso das commodities, acaba impactando as quantidades produzidas e vendidas dentro e fora do Brasil, afetando as cadeias produtivas em que esses produtos são utilizados, dificultando os cálculos. De qualquer forma, as contas do governo estão sendo favorecidas pelos dois efeitos: preço e quantidade.



Por Claudia Safatle

Trabalhou na Gazeta Mercantil por 18 anos, foi repórter especial da Folha, diretora do JB, assessora do Banco Central e diretora-adjunta de redação do Valor

O pacote de medidas de Guedes

Aos poucos o ministro da Economia vai insistindo na sua agenda de mudanças, até então sem apoio explícito do presidente

11/06/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

A grande preocupação do governo, atualmente, é com o impacto social da pandemia. Apesar de a economia estar crescendo, o emprego não reage e isso, em parte, é explicado pela própria covid-19, que acelerou o processo de digitalização do trabalho. A expectativa era que a vacinação em massa da população adulta ocorresse até junho ou julho, prazo em que o governo pagaria o auxílio emergencial para os desempregados. Agora, jogou-se esse prazo para setembro, a partir de quando o auxílio emergencial deverá ser substituído pelo novo Bolsa Família, de maior valor e extensão do que o atual.

Embora o presidente Jair Bolsonaro tenha descartado, originalmente, a fusão dos vários programas sociais - a exemplo do abono salarial, seguro-desemprego e seguro defeso - em uma fonte de financiamento do Bolsa Família, o ministro da Economia, Paulo Guedes, não desistiu da ideia. Bolsonaro argumentou, na ocasião, que não pretendia tirar dos pobres para dar aos paupérrimos. Guedes, porém, não encontrou uma proposta melhor. O valor do Bolsa Família deve se situar entre R\$ 250 e R\$ 300.

MEI vai poder contratar um jovem para treinar

E, nesse sentido, cogita-se reativar o fundo de combate e erradicação da pobreza, criado pelo então senador Antônio Carlos Magalhães entre o fim dos anos de 1990 e início de 2000. Mas que nunca funcionou a contento. A ideia em discussão seria capitalizar esse fundo com parte dos recursos das privatizações das empresas estatais e do pagamento de dividendos que as empresas não privatizadas geram anualmente para o Tesouro Nacional. “Assim, tira-se as estatais das mãos das corporações e as transfere para o povo”, acredita uma fonte da área econômica. Essa é uma alternativa ainda em discussão preliminar.

É parte dos planos do governo lançar programas de treinamento profissional para jovens que estão desempregados, de maneira que possam ingressar no mercado formal de trabalho. Eles receberiam bolsas do poder Executivo e das empresas contratantes - o Bônus de Inclusão Produtiva (BIP) e o Bônus de Incentivo à Qualificação (BIQ) - na proporção de R\$ 300 de cada um, governo e empresas, perfazendo um ganho de R\$ 600 por cerca de quatro horas diárias de treinamento. Os microempresários individuais (MEIs) poderão contratar um jovem para treinar.

Nada que se criar, porém, será suficiente para gerar empregos se não se reduzir a tributação sobre a folha de salário das empresas, argumentam as fontes da área econômica do governo. Razão pela qual pretende-se insistir na desoneração da folha e, para levar essa proposta adiante, o ministro Paulo Guedes deverá resgatar, também, a alternativa de criação do Imposto sobre Transações.

Esta é uma outra ideia já vetada por Bolsonaro, que não gostaria de patrocinar a instituição de um novo tributo a se somar à já pesada carga de impostos do país. Guedes, porém, argumenta que não se trata de mais um imposto, mas de uma substituição da desoneração da folha. O novo imposto poderá ser de 0,1% ou de 0,2% sobre todos os créditos e débitos das transações financeiras da economia, tendo uma arrecadação de algo entre R\$ 60 bilhões e R\$ 120 bilhões por ano, conforme a alíquota.

Do pacote de medidas em gestação no governo tem-se, ainda, as relacionadas à reforma tributária. Dessas, já está praticamente definida a parte relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF), que deverá compreender a correção da tabela do IR de forma que a faixa de isenção suba dos atuais R\$ 1.903,98, para a casa dos R\$ 2,3 mil. Correção proporcional será feita nos valores das deduções do IRPF, que permanecerão beneficiando a classe média.

O Imposto de Renda das empresas terá um corte na alíquota cheia dos atuais 25% para 20%, com duas reduções de 2,5 pontos percentuais em dois anos. A tributação dos dividendos a uma alíquota de 15% podendo chegar a 20% e o fim da figura dos juros sobre capital próprio constam ainda da proposta de reforma tributária.

A parte do Imposto de Renda é a que está mais avançada das medidas e pode ser divulgada nas próximas semanas.

A reforma do PIS/Cofins, que se fundem na Contribuição sobre Bens e Serviços, deverá embutir uma maior alíquota sobre a indústria, superior aos 12% sugeridos na proposta original do governo, para comportar uma outra alíquota, inferior, para o comércio e serviços. A indústria acumula créditos financeiros que poderão ser abatidos do imposto a pagar, enquanto que a área de serviços é pobre na acumulação desses créditos, segundo justificam técnicos oficiais.

Todas essas iniciativas terão que ser aprovadas até o fim de setembro, a partir de quando começam a se definir as candidaturas para a campanha eleitoral do próximo ano, o que torna mais difícil a aprovação das medidas.

Como se vê, aos poucos o ministro da Economia vai insistindo na sua agenda de mudanças, até então sem apoio explícito do presidente Bolsonaro. Guedes, porém, vai tentando costurar apoio junto ao Congresso, onde, por exemplo, conseguiu desobstruir o debate sobre a criação do Imposto sobre Transações.

Se conseguisse atacar as desigualdades extremas que persistem na sociedade brasileira, escancaradas pela pandemia, com um regime tributário minimamente progressivo e com medidas de transferência de renda para os mais pobres, é bastante provável que o governo viesse a dar um belo impulso ao crescimento inclusivo e sustentável da economia brasileira.

Claudia Safatle é jornalista da equipe de criou o Valor Econômico e escreve às sextas-feiras

E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Os americanos ricos não estão perdendo o sono com a alta de impostos

O aumento da alíquota máxima no imposto de renda deve ter efeito pequeno, já que a maioria dos ricos nos EUA não paga nem perto da alíquota máxima atual. Com um exército de contadores e advogados, eles se beneficiam de um cipoal de isenções e deduções

Por Edward Luce — Financial Times, de Washington

11/06/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

De vez em quando cai uma bomba que não mal agita as folhas da grama. O vazamento da ProPublica nesta semana, que revelou quão pouco as 25 pessoas mais ricas dos EUA pagam de impostos, foi dramático e ao mesmo tempo previsível. Em certos anos, um americano médio paga mais impostos do que bilionários como Michael Bloomberg e Elon Musk. Mas meio que já sabíamos disso. O sistema tributário americano não é justo nem transparente.

Ainda assim, esse vazamento faz a história avançar de duas maneiras. A primeira é chamar atenção para o fato de que a ideologia de uma pessoa rica é imaterial. A esquerda pode adorar George Soros e odiar Musk. Mas os contadores entregam um resultado uniforme. Não faz diferença se um bilionário acha que deveria pagar mais impostos ou não. Eles se safam do jeito que podem. Anos atrás, Warren Buffett disse que sua secretária pagava mais imposto de renda do que ele, mas nada fez para mudar isso. Também não deveríamos ficar chocados com Bezos quando ele reivindica uma dedução fiscal de US\$ 4.000 para seus filhos. É para isso que os contadores são pagos.

O vazamento expôs ainda o alcance modesto do aumento de impostos proposto por Biden, que só reorganizaria os manequins na vitrine da loja, mas pouco faria

para alterar o modelo de negócios. A alíquota máxima de imposto de renda passaria de 37% para 39,6%, e a do imposto das empresas subiria de 21% para 28%. Como os americanos mais ricos pagam uma fração dessa alíquota atual, o aumento no teto faria pouca diferença.

O mesmo se aplica às maiores empresas dos EUA, cuja taxa efetiva real de imposto é de 11,7%. Isso é menos que a taxa de 12,5% cobrada por Chipre e Irlanda, que estão entre as menores taxas dos 27 países da União Europeia. Na ausência de uma verdadeira reforma fiscal, em vez de aumento dos tetos, as propostas de Biden oferecem uma ilusão de mudança. Eliminar benefícios fiscais é bem mais difícil do que aumentar as alíquotas.

A única área em que o plano de Biden vai incomodar é na reforma sobre o ganho de capital. Ele não só dobrará a atual alíquota para mais de 40%, como também pretende tributar ganhos de capital não realizados na morte. Hoje, os cálculos do Internal Revenue Service (IRS, a receita federal americana) recolocam os ganhos de capital na base quando o doador morre. Seus herdeiros começam o relógio do zero. O imposto sobre herança nos EUA é uma das formas mais fáceis de evasão fiscal.

Mesmo assim, Biden evitará impor um imposto sobre fortunas em ganhos não realizados acumulados enquanto os ricos ainda estão vivos. Para jovens bilionários, como Mark Zuckerberg do Facebook, e Larry Page, da Alphabet, a reforma de Biden fará pouca diferença. Eles ainda poderão pedir empréstimos garantidos por sua riqueza no papel e deduzir os juros do imposto de renda. Sob o código tributário bizantino dos EUA, essas opções de minimização de impostos são quase infinitas.

Então por que Biden está evitando uma reforma de fato? Porque isso é politicamente muito mais difícil. O complexo sistema atual é amigo do dinheiro estabelecido. Impostos maiores sobre pessoas jurídicas atingirão empresas que não podem se dar ao luxo de ter exércitos de advogados e contadores. Não há lobby para os empresários que ainda não se deram bem.

O mesmo vale para o imposto de renda de pessoa física. Os americanos que são só ricos - que ganham US\$ 1 milhão ou US\$ 2 milhões por ano e não têm iates nem obras de arte caras - estão provavelmente ainda mais ressentidos com a lista dos evasores super-ricos do que o americano médio. Os planos fiscais de Biden também agradam à esquerda, que recebe um estímulo psicológico com a alta dos tetos. Na

verdade, Biden levantaria mais dinheiro reduzindo as alíquotas e eliminando brechas - o que elevaria a alíquota realmente paga. Mas isso poderia gerar união de esquerda e direita, numa rara oposição bipartidária.

A pergunta não respondida sobre o vazamento da ProPublica é: de onde ele veio. O site noticioso não sabe sua origem, mas confirmou os dados com outras fontes. Uma suspeita razoável é a de que eles foram hackeados por uma entidade que não gosta muito da democracia americana. Nenhuma autoridade individual do IRS teria acesso a todas essas informações.

Seja quem for o responsável pelo vazamento, sabia que ele iria aprofundar o cinismo público sobre a crença americana de que vale a pena jogar justo e trabalhar duro. A lição que Biden deveria tirar é que a simplicidade é amiga da democracia. A complexidade é um jogo viciado. Se as regras fossem claras o suficiente para as pessoas entenderem, haveria muito menos demanda por esses vazamentos.

Want to read more from the FT? Sign up for a free corporate trial for you and your team at: www.ft.com/am730

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Conheça o Pen Drive mais poderoso que um HD externo

DESCONTEEIBR.COM

LINK PATROCINADO

O tênis mais vendido de 2020 agora com 70% de desconto

KING SHOES

LINK PATROCINADO

O tênis mais vendido de 2021, agora, com um super desconto!

TÊNIS CATERPILLAR

LINK PATROCINADO

O tênis mais concorrido de 2021 agora com 70% de desconto!

LOJA KINGS

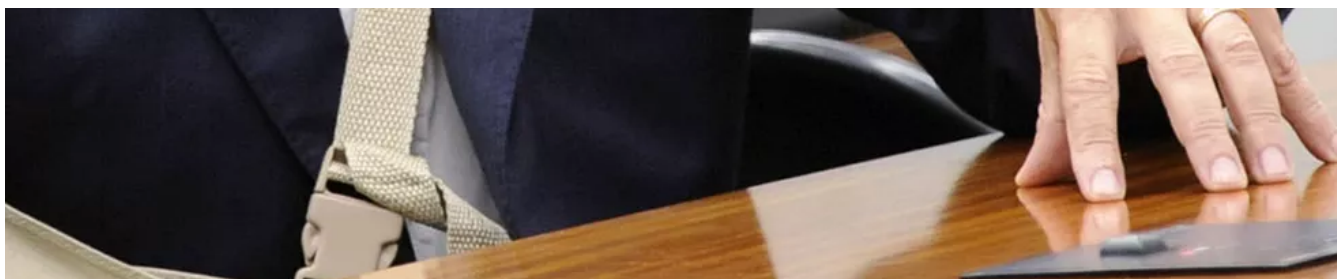
Uso de cargos em comissão preocupa relator da reforma

Arthur Maia quer rever liberação; equipe econômica não vê problemas mas aceita negociar

Por Fabio Graner — De Brasília

11/06/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas





Maia: “Uma coisa é flexibilizar a máquina [...], outra coisa é se querer flexibilizar o nível de indicações políticas” — Foto: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

O deputado Arthur Maia (DEM-BA), relator da reforma administrativa, disse ao **Valor** que um dos pontos de preocupação no texto é a ampliação do uso de cargos em comissão. Maia avalia que isso abre portas para um excesso de ocupação política no setor público, o que pode comprometer a eficiência da máquina estatal e gerar excessivo aparelhamento político. O governo, segundo apurou o **Valor**, está aberto a discutir a questão.

“Temos que discutir essa proposta de acabar com cargos de chefia, isso ampliaria muito os cargos em comissão”, disse Maia. Cargos em comissão são aqueles que podem ser ocupados por pessoas que não são do serviço público, enquanto os de chefia são direcionados para servidores. “Isso é muito preocupante”, acrescentou.

O parlamentar baiano citou o exemplo da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). “Não chegam a 20 o número de cargos em comissão. Mas cargos de chefia tem muitos e muitos. Agora, imagina se admitir que todos os cargos de chefia da Codevasf, que hoje só podem ser preenchidos por funcionários de carreira, possam ser preenchidos por outras pessoas. Seria uma lástima. Isso não vale só para a Codevasf, vale para todos os órgãos. Seria uma coisa muito ruim. Avalio como um retrocesso”, salientou.

Maia trata como uma referência de trabalho a nova lei de responsabilidade das estatais, que estabeleceu critérios rígidos para ocupação de cargos nas empresas públicas ainda no governo Michel Temer.

“Todo direcionamento dessa lei foi no sentido de se limitar as indicações políticas na máquina pública. Uma coisa é você flexibilizar a máquina para ela não ficar engessada, outra coisa completamente diferente é se querer flexibilizar o nível de indicações políticas na máquina pública”, afirmou, citando como um bom exemplo

de flexibilização a possibilidade de uma pessoa contratada para uma função que não existe mais possa exercer outros cargos. “O que a gente tem que evitar é uma ingerência política”, salientou.

A fala de Maia vai ao encontro de uma das principais críticas que grupos contrários à reforma levantam. Em documento do movimento Servir, da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, um dos tópicos é exatamente a ampliação das possibilidades de ocupação de cargos públicos por não servidores.

O livreto divulgado há algumas semanas aponta que essa medida, se for adiante, colocaria cerca de 90 mil cargos nas mãos da classe política, ampliando as possibilidades de “compadrio” e “rachadinha”.

A equipe econômica está disposta a conversar com o Congresso para colocar um limitador na ocupação desses cargos. Segundo uma fonte, a interpretação que se tem dado para a proposta de reforma decorre de uma comparação com direta com o texto atual do inciso V do art. 37, que indicaria esse fim da exclusividade dos servidores para cargos técnicos de chefia. Mas esse interlocutor do governo comenta que essa leitura deixa de lado os demais dispositivos da PEC que tratam dos cargos de liderança e assessoramento.

Segundo essa fonte, o texto prevê expressamente que também para os cargos de liderança e assessoramento (equivalentes aos atuais cargos em comissão de livre nomeação) deverão existir critérios mínimos de acesso e que a ocupação desses cargos deverá observar regras mínimas comuns a todos os entes e Poderes. Assim, a intenção seria que a regra geral promova uma progressiva profissionalização das posições de lideranças.

A visão do governo é que a PEC, na realidade, está propondo que uma lei complementar federal estabeleça para todos os entes públicos uma regra que cumpra o mesmo papel hoje desempenhado pelo Decreto 9.727, que hoje só alcança o Executivo federal.

De acordo com essa fonte, o restabelecimento da exclusividade da designação de servidores de cargo efetivo para ocupar cargos de liderança com atribuições técnicas não será um grande problema, desde que se garanta o direcionamento

para a existência de critérios técnicos aplicáveis a todo o país, e não só ao Executivo federal, marcando uma evolução do sistema.

Além da questão da ocupação de cargos de confiança, Maia reiterou que pretende fazer um texto que promova uma melhora da administração também nos demais Poderes, incluindo o Judiciário. Nesse sentido, ele ressaltou que é preciso que haja regras iguais para todos servidores, sem distinção, evitando situações em que uma categoria tem 60 dias de férias e outra, 30 dias, como ocorre hoje.

Maia defendeu ainda a regulamentação do teto remuneratório do setor público. Ele disse apoiar o texto do deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR) que trata do tema, mas apontou que se a proposta não avançar, pretende também trabalhar a questão no âmbito da reforma.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Conheça o Pen Drive mais poderoso que um HD externo

DESCONTEEIBR.COM

LINK PATROCINADO

O tênis mais vendido de 2020 agora com 70% de desconto

KING SHOES

LINK PATROCINADO

Poderosa caneta para tratar fungos nas unhas vira febre em Salvador

NAIL CURE

LINK PATROCINADO

O tênis mais vendido de 2021, agora, com um super desconto!

TÊNIS CATERPILLAR

LINK PATROCINADO

O tênis mais concorrido de 2021 agora com 70% de desconto!

LOJA KINGS

LINK PATROCINADO

Bolsa de luxo mais vendidas do mundo, agora com frete grátis em até 12x no cartão. Aproveite!

Petrobras concorre com dez empresas por mercado de gás do Centro-Sul

Estatual enfrenta forte concorrência na contratação de gás natural de distribuidoras do Centro-Sul

Por André Ramalho — Do Rio

11/06/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A Petrobras está concorrendo com outras dez empresas pelo mercado de gás natural do Centro-Sul. As distribuidoras de gás canalizado MSGás (MS), GasBrasiliiano (SP), Compagas (PR), SCGás (SC) e Sulgás (RS) esperam receber nos próximos meses propostas vinculantes dos onze supridores que avançaram para a fase de negociações finais da chamada pública conjunta, aberta pelas concessionárias, para contratação de gás. A expectativa é que, ao longo do segundo semestre, as distribuidoras celebrem novos contratos de suprimento, válidos a partir de 2022.

Uma das principais concorrentes da Petrobras, na disputa, é a Shell, segunda maior produtora do pré-sal e grande player global de gás natural liquefeito (GNL). A multinacional deu um passo importante para entrar no mercado brasileiro, no fim de 2020, ao vencer a chamada pública aberta pela distribuidora pernambucana Copergás, para suprimento a partir de 2022, por meio de um terminal para importação de GNL em construção pela OnCorp no Porto de Suape, em Ipojuca (PE).

Além de Petrobras e Shell, outras nove empresas avançaram para a fase de negociações com as distribuidoras do Centro-Sul: a Tradener, que opera o campo de gás Barra Bonita, na Bacia do Paraná; além das comercializadoras GasBridge, Compass (Grupo Cosan), Trafigura, EBrasil, New Fortress e Nimofast; e de dois produtores de biometano, a CRVR e Cocal.

MSGás, GasBrasiliiano, Compagas, SCGás e Sulgás compram, hoje, da Petrobras. O volume contratado é de 10 milhões de metros cúbicos diários (m³ /dia), mas as cláusulas preveem uma rampa de descontratação desse volume a partir do ano que vem, abrindo espaço para que a estatal e os novos supridores disputem um mercado de 6 milhões de m³ /dia.

As concessionárias da região tentam reduzir a dependência da Petrobras e provocar melhores condições contratuais, no contexto da abertura do mercado brasileiro. Ante o aumento da concorrência, a estatal, por exemplo, lançou em maio uma nova modalidade de contratos de suprimento, com opção de indexação ao índice Henry Hub, referência usada nos EUA. Até então, a petroleira trabalhava apenas com contratos indexados ao petróleo. A expectativa é que esse novo tipo de contrato reduza a volatilidade nos reajustes.

Este será o segundo processo conduzido em conjunto pelas cinco distribuidoras para contratação de gás, de olho nas oportunidades geradas pela abertura do mercado. Na primeira tentativa, em 2019, apenas a Petrobras conseguiu avançar nas negociações finais, devido às barreiras de entrada detectadas pelas participantes.

O presidente da paranaense Compagas, Rafael Lamastra, conta que algumas dessas barreiras ainda não foram solucionadas. Ele cita, por exemplo, a falta de regulamentação sobre o empilhamento de tarifas de transporte para supridores que queiram movimentar gás entre as malhas de gasodutos operadas por diferentes transportadoras.

Lamastra explica que os supridores que ainda não tiverem a segurança de fornecer em 2022, poderão fazer propostas para 2023. Ele diz que as distribuidoras esperam obter, com o aumento da concorrência, uma redução nos preços do gás. “A abertura do mercado se faz com novos supridores, com concorrência na oferta. Não adianta apenas legislação [como a Lei do Gás]”, comenta.

Rio quer pagar dívida de R\$ 4,5 bi em 30 anos e desagrada União

Expectativa é que dinheiro da privatização da Cedae fosse usado para pagar o débito

Por Rodrigo Carro — Do Rio

11/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

Quitada pela União, uma dívida de aproximadamente R\$ 4,5 bilhões do Estado do Rio de Janeiro com o banco BNP Paribas opõe os governos federal e fluminense. O objetivo declarado do Estado é refinanciar o débito dentro do novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF), ao qual o Rio de Janeiro aderiu na semana passada. Isso significaria na prática que o valor do empréstimo, não honrado pelo Estado em dezembro do ano passado, seria pago ao longo de 30 anos.

“A União achou que o Rio de Janeiro iria pegar o dinheiro da Cedae [Companhia Estadual de Águas e Esgotos] e pagar a dívida que foi honrada com o BNP Paribas, mas o Estado quer pagar parcelado e usar o recurso para investimento”, conta uma fonte próxima ao Ministério da Economia que falou sob a condição de anonimato.

Realizado em 30 de abril, o leilão de concessões de serviços da Cedae arrecadou R\$ 22,7 bilhões. Desse montante, a previsão é de que 80% sejam destinados ao governo fluminense, 15%, para os 35 municípios participantes, e 5%, para o Fundo Metropolitano. A repartição exata dos recursos está prevista para ser divulgada na próxima semana mas, em tese, o Estado do Rio poderia receber até R\$ 18,2 bilhões.

Em nota, a Secretaria estadual de Fazenda do Rio esclareceu que até o fim do ano R\$ 4,5 bilhões do total arrecadado no leilão deverão ser usados em investimentos, especialmente na reforma de rodovias, ferrovias e áreas portuárias. A injeção de

recursos pode servir de combustível para uma possível candidatura do governador Cláudio Castro a reeleição no ano que vem.

O valor inicial do empréstimo contraído em 2017 junto ao BNP Paribas era de R\$ 2,9 bilhões. A operação foi garantida pela União, que desembolsou R\$ 4,28 bilhões em dezembro do ano passado devido à inadimplência do governo fluminense.

De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Estado do Rio propôs - por meio de um ofício datado de 25 de maio deste ano - a inclusão dessa dívida nos refinanciamentos previstos nas leis complementares 178 e 159, que tratam respectivamente do novo e do antigo formato do Regime de Recuperação Fiscal.

O valor atual para quitação é de R\$ 4,47 bilhões, segundo informou a Fazenda fluminense. Em abril deste ano, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli acolheu pedido da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro e determinou a suspensão do pagamento das dívidas do governo fluminense com a União até a entrada do estado no novo RRF, baseado na Lei Complementar 178.

A STN aceitou em 4 de junho o pedido de adesão do Rio ao novo regime. A partir daí, o Estado tem prazo de até seis meses para apresentar um plano de recuperação fiscal.

Em dezembro do ano passado, uma primeira liminar do ministro do STF Luiz Fux já havia garantido a permanência do Estado do Rio no Regime de Recuperação Fiscal, ainda nos termos da LC 159. A decisão abrangeu também a dívida com o BNP Paribas. Pela liminar, a União ficou impedida de executar as contragarantias previstas no contrato, como o bloqueio de repasses federais e o arresto nas contas de arrecadação do Estado do Rio.

Perguntada se o pagamento da dívida de quase R\$ 4,5 bilhões referente ao empréstimo do BNP Paribas deveria ocorrer de forma imediata, a partir do leilão de concessões da Cedae, o Tesouro Nacional informou que o questionamento deveria ser endereçado à Advocacia-Geral da União (AGU).

A AGU, por sua vez, repassou à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) as questões específicas sobre a cobrança da dívida e às providências que a União está tomando para ser ressarcida pelo valor pago ao BNP Paribas. Por e-mail, a

assessoria de imprensa da PGFN ressaltou que o tema da “exigibilidade” da dívida não foi submetida, mediante consulta, à análise da procuradoria.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Conheça o Pen Drive mais poderoso que um HD externo

DESCONTEEIBR.COM

LINK PATROCINADO

O tênis mais vendido de 2020 agora com 70% de desconto

KING SHOES

LINK PATROCINADO

O tênis mais vendido de 2021, agora, com um super desconto!

TÊNIS CATERPILLAR

LINK PATROCINADO

Poderosa caneta para tratar fungos nas unhas vira febre em Salvador

NAIL CURE

LINK PATROCINADO

O tênis mais concorrido de 2021 agora com 70% de desconto!

LOJA KINGS

LINK PATROCINADO

Bolsa de luxo mais vendidas do mundo, agora com frete grátis em até 12x no cartão. Aproveite!

LOJA SOPHIA

Mais do Valor **Econômico**

Problema no sistema da B3 provoca atraso na liquidação de operação

Conforme a empresa, houve problemas nos sistemas que fazem a integração entre as plataformas de negociação e clearing no pregão de quinta-feira

Com mais inflação e PIB, projeções para dívida bruta recuam

Analistas reduzem estimativas para o indicador neste ano de 96% para em torno de 82% do PIB

Por Alex Ribeiro — De São Paulo

11/06/2021 05h00 · Atualizado há uma hora



Ana Paula Vescovi: é preciso compreender as forças não perenes que estão por trás da melhora da relação dívida/PIB — Foto: Silvia Zamboni/Valor

A mais recente **arrancada na inflação** e a **surpresa positiva no crescimento da atividade econômica** estão levando os economistas a **melhorar as suas**

estimativas para a dívida bruta do governo no fim deste ano, para percentuais ao redor de 82% do Produto Interno Bruto (PIB). Embora o nível seja excessivo para uma economia emergente e os prognósticos para os anos seguintes sigam preocupantes, as revisões significam uma melhora expressiva em relação a projeções próximas a 96% do PIB feitas em fins do ano passado.

O cenário fiscal mais favorável também inclui o aumento da arrecadação do governo, que, por sua vez, está levando os economistas a revisar suas previsões para o déficit primário de pouco acima de 3% do PIB para abaixo de 2% do PIB. Desde o projeto de Orçamento deste ano, apresentado em agosto de 2020, a estimativa de receitas subiu R\$ 200 bilhões.

Dívida bruta

Mediana das projeções de mercado para 2021 (% do PIB)



Fonte: Pesquisa Focus do Banco Central

“Sumiu uma Argentina na dívida bruta/PIB e apareceu um Uruguai nas receitas”, sintetiza o economista-chefe da Tullet Prebon, Fernando Montero, em relatório a clientes. Ele estima que a dívida bruta vá fechar em 81,9% do PIB no fim deste ano, uma importante queda em relação aos 88,8% do PIB observados em dezembro passado.

Pelo último dado divulgado, referente a abril, a dívida bruta estava em 86,7% do PIB. Montero estima que esse percentual deve ser revisto para baixo pelo Banco Central, para 85,6% do PIB, apenas com a divulgação de um PIB acima do previsto por todos no primeiro trimestre.

Desde fins do ano passado, com a aceleração da inflação, o mercado já vinha revisando para baixo as suas estimativas para a dívida bruta como proporção do PIB. Mas essa tendência ganhou um novo impulso ultimamente, porque os economistas passaram prever mais crescimento da economia e ainda mais inflação.

As projeções para o PIB deste ano, hoje em 4,36%, segundo o consenso dos analistas ouvidos pelo Banco Central (BC), rumam para superar 5%, depois dos dados favoráveis do primeiro trimestre. O Itaú Unibanco elevou a estimativa ontem de 5% para 5,5%, por exemplo. Embora vistoso, uma boa parte desse crescimento - 3,6% - deve-se a um fator meramente estatístico conhecido como carregamento. Isso significa que, se a economia não crescer nada em relação ao fim de 2020, a expansão registrada em 2021 será de 3,6%.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por outro lado, também foi mais salgada do que o esperado em maio, ficando em 0,83%. Em 12 meses, o indicador chegou a 8,06%, o que está levando os analistas a projetar uma variação para o IPCA mais próxima de 6% em 2021. Além disso, os Índices Gerais de Preços (IGPs) sobem mais de 35% no acumulado em 12 meses.

Um dos primeiros a mencionar a melhora no curto prazo no cenário fiscal, o ex-secretário do Tesouro Nacional e atual economista-chefe do BTG Pactual, Mansueto Almeida, estima em 15% o crescimento do PIB nominal neste ano, incluído aí uma expansão real da economia de 5,3% e um deflator do PIB de 9,5%.

Essa alta do PIB nominal, influenciada em grande parte pela inflação elevada, ajuda a baixar a dívida, mesmo considerando um déficit primário de 1,8% do PIB e uma taxa básica de juros de 6,5% ao fim deste ano. A estimativa do BTG Pactual é que a dívida bruta encerre este ano em 81,6% do PIB.

“As condições hoje, mesmo que decorrentes de sorte com efeito do preço das commodities, ajudam muito”, afirma Mansueto. “O desafio é potencializar essa melhora e não perder o rumo das reformas.”

Essa melhora tem dado uma sensação de maior conforto para o mercado financeiro, levando a menos volatilidade na bolsa e abrindo caminho para uma reversão parcial da desvalorização do real. Desapareceram ainda os comentários sobre a chamada dominância fiscal, situação em que o Banco Central estaria impedido de subir os juros para controlar a inflação, pois isso aumentaria os encargos da dívida, tornando-a impagável.

Ex-secretária do Tesouro e ex-secretária-executiva da Fazenda, Ana Paula Vescovi concorda que há um vento favorável no quadro fiscal no curto prazo. O Santander, da qual ela é economista-chefe, projeta uma dívida bruta de 82,2% do PIB no fim do ano, levando em conta um crescimento real da economia de 4,8%, um deflator do PIB de 10% e um déficit primário de 1,9% do PIB. Segundo Vescovi, é preciso compreender as forças não perenes que estão por trás dessa melhora e também não perder de vista a dinâmica ainda preocupante da dívida pública que foi agravada pela pandemia.

“A recuperação global, não só brasileira, está sendo bem mais rápida em resposta aos estímulos fiscais e monetários muitos fortes. Ela ocorre acompanhada de pressão inflacionária”, afirma Vescovi. “Agora, estamos falando de uma recuperação cíclica e de inflação, que trazem essa melhora na margem na percepção de curto prazo do quadro fiscal.”

Esse vento cíclico, afirma, dá uma alívio imediato que não tende a se sustentar ao longo do tempo. “A receita colhe na hora no aumento do faturamento das empresas, como as produtoras de commodities, que são relevantes para a arrecadação”, diz ela. “Mas a despesa será discutida apenas em algumas meses, no Orçamento.” Nessa hora, as pressões por gastos vão aparecer.

Essa sensação de maior conforto tende, afirma ela, a tirar um pouco da urgência do mundo político em relação ao ajuste fiscal mais estrutural e incentivar expansão de gastos permanentes - e, mais adiante, o país ficará numa situação mais difícil quando o ciclo econômico virar para o lado negativo, com menos crescimento e menos inflação.

“Estamos longe de consolidação fiscal. Se compararmos com o pré-pandemia, o quadro é pior”, resume. “As condições financeiras funcionam como esse vento a

favor ou vento contra. Mas elas não solucionam a base, o fundamento da questão fiscal.”

O ex-secretário de Indústria e Comércio do Ministério da Economia, Caio Megale, hoje economista-chefe da XP, diz que o tema fiscal perdeu importância para mexer com preços de ativos de mercado, como dólar. “Essa tensão diminuiu por algum tempo”, afirma ele. “Sai do radar por alguns meses, e a palavra é meses, porque quando começar a discutir o Orçamento de 2022, voltaremos a discutir o fiscal.”

A XP também reviu para 82% do PIB a sua estimativa para a dívida bruta no fim do ano. “Não somos só nós que estamos vendo essa melhora, o mundo político em Brasília também está vendo.” Isso vai gerar pressão por despesas. O teto de gastos, lembra ele, é ao mesmo tempo, um teto e um piso de gastos.

A inflação mais alta neste ano leva a mais despesas no ano que vem, e a inflação e a economia tendem a desacelerar. Por isso, na projeção da XP, a dívida bruta volta a subir para 84% do PIB no próximo ano. Esse percentual, lembra ele, é alto, já que a média dos países emergentes está entre 50% e 55% do PIB.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Conheça o Pen Drive mais poderoso que um HD externo

DESCONTEEIBR.COM

LINK PATROCINADO

O tênis mais vendido de 2020 agora com 70% de desconto

[KING SHOES](https://KINGSHOES)

LINK PATROCINADO

O tênis mais vendido de 2021, agora, com um super desconto!

[TÊNIS CATERPILLAR](https://TENISCATERPILLAR)

LINK PATROCINADO

O tênis mais concorrido de 2021 agora com 70% de desconto!

[LOJA KINGS](https://LOJAKINGS)

MERCADO DE TRABALHO ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/MERCADO-DE-TRABALHO](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/mercado-de-trabalho))

JUROS ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/JUROS](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/juros))

INFLAÇÃO ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/INFLACAO](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/inflacao))

Salários encolhem com reajustes baixos e inflação disparada

Ainda que a lei proíba redução das remunerações resultado na vida prática é de um salário com o qual se compra menos

10.jun.2021 às 23h15

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/11/>)

Fernanda Brigatti (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/fernanda-brigatti.shtml>)

SÃO PAULO Os salários dos trabalhadores brasileiros estão encolhendo neste ano.

Em abril, pelo quarto mês seguido, mais da metade das negociações fechadas com empresas resultaram em reajustes menores do que a inflação acumulada em um ano (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/efeito-bola-de-neve-sobre-inflacao-ameaca-recuperacao-do-consumo.shtml>), segundo dados do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), e do Salariômetro, da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

Ainda que a lei proíba a redução das remunerações (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/salario-do-trabalho-formal-encolhe-ao-mesmo-tempo-que-precos-sobem.shtml>), sem o aumento real –quando o ajuste supera a inflação–, o resultado final para a vida prática é de um salário com o qual se compra menos.

Nos acordos e convenções de categorias com data-base em abril, o reajuste médio ficou em 5,6%. O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) acumulado em 12 meses até março, usado como referência para essas negociações, estava em 6,9%.



Supermercado na zona norte de São Paulo - Rivaldo Gomes - 7.mai.2020/Folhapress

De janeiro a abril, a variação real média ficou negativa em 0,57%, segundo o Dieese. A análise feita pelo departamento de estudos socioeconômicos aponta ainda que metade dos reajustes resultou em perdas iguais ou superiores a 0,18% para os trabalhadores.

Somente 12,3% das negociações fechadas no período garantiram reajustes acima da inflação (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/inflacao-nao-reflete-consumo-durante-a-pandemia.shtml>). Quase seis em dez (58,7%) terminaram com índices inferiores ao da inflação, ou seja, com perda no poder de compra.

Na divisão por segmento econômico, o setor de serviços foi aquele com o maior número de acordos com reajuste abaixo do INPC. No primeiro quadrimestre de 2020, 71,7% das negociações não chegaram a repor as

perdas da inflação. Na indústria, o percentual foi de 46,8%, e de 35,9% no comércio, segundo o Dieese.

A escalada da inflação (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/ipca-avanca-083-em-maio-e-aumenta-distancia-em-relacao-ao-teto-da-meta-de-inflacao.shtml>) deve agravar ainda mais as condições para as negociações e coincide com um período de concentração de datas-base, que é o mês de maio, quando, no dia 1º, se comemora o Dia do Trabalhador.

As categorias que estão em negociação precisarão de reajustes de pelo menos 7,59% para compensar o INPC acumulado em 12 meses até abril.

Em maio, o índice chegou a 8,9% —o índice apura a variação de preços e os pesos das despesas para famílias com renda entre um e cinco salários mínimos, e é o mais usado nas negociações de reajuste.

A inflação oficial, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), ficou em 8,06% no mesmo período.

Na avaliação do economista André Braz, coordenador de índices de preços do Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), a inflação começará a recuar no segundo semestre, mas ainda ficará distante do teto da meta definido pelo Conselho Monetário Nacional, de 5,25%.

Para o coordenador do Salariômetro, Hélio

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/dados-indicam-possivel-virada-do-mercado-de-trabalho-diz-especialista.shtml>) Zylberstajn (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/dados-indicam-possivel-virada-do-mercado-de-trabalho-diz-especialista.shtml>), as negociações de reajustes seguirão

complicadas neste ano. Ele destaca, porém, que os acordos e convenções vêm discutindo mais direitos. Temas como a regulamentação do trabalho em casa também começam a aparecer com mais frequência.

LEIA MAIS

- Calculadora mostra renda de trabalhador em novo programa de suspensão de contrato e redução de salário

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/calculadora-mostra-renda-de-trabalhador-em-novo-programa-de-suspensao-de-contrato-e-reducao-de-salario.shtml>)

A análise feita pelo Salariômetro, da Fipe, a ponta para um aumento, nos próximos meses, do número de acordos e convenções com cláusulas de manutenção de emprego para acolher a renovação do programa que permite a suspensão de contratos ou a redução de salário e jornada.

Criado no ano passado como política de manutenção de empregos formais, o programa foi reeditado neste ano por meio da Medida Provisória 1.045. Por até quatro meses, o trabalhador recebe um complemento salarial chamado BEm (benefício emergencial), pago pelo governo federal e calculado com base no seguro-desemprego.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) OU na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/salarios-encolhem-com-reajustes-baixos-e-inflacao-disparada.shtml>

Nelson Barbosa (/colunas/nelson-barbosa/)

Professor da FGV e da UnB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016). É doutor em economia pela New School for Social Research.



JUROS ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/JUROS](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/juros))

SELIC ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/SELIC](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/selic))

COPOM ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/COPOM](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/copom))

O governo é sócio da inflação?

Ninguém gosta de juro alto, mas as pessoas gostam menos ainda de inflação alta

10.jun.2021 às 23h15

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/11/>)

Nosso debate econômico ficou engraçado. O aumento da inflação (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/inflacao-nao-reflete-consumo-durante-a-pandemia.shtml>) aliviou a restrição fiscal a curto prazo e, portanto, diminuiu o terrorismo de quem dizia “o Brasil está quebrado”.

Diante do novo cenário de finanças públicas, o que o pessoal do “acabou o dinheiro” resolveu fazer? Como não dá mais para falar em dominância fiscal em 2021, o novo slogan é: “O governo é sócio da inflação”. Como todo sofisma, a afirmação parte de um fato correto para uma conclusão capciosa.

Qual é o fato correto? O aumento da inflação alivia a restrição fiscal a curto prazo. Com PIB nominal maior (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/pib-do-brasil-cresce-12-e-desacelera-no-primeiro-trimestre-diz-ibge.shtml>), a dívida e o déficit primário caem em

proporção do PIB. A inflação maior também derruba a taxa de juro real paga pelo governo, aliviando a rolagem da dívida.



Bolsonaro ao lado Guedes durante evento para anúncios de medidas do Ministério do Turismo, no Palácio do Planalto - Pedro Ladeira/Folhapress

Todos os efeitos acima são temporários. Como temos (ainda bem) meta de inflação, o BC corretamente reage à aceleração de preços com aumento de juro (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/entenda-o-que-o-copom-olha-para-decidir-a-taxa-de-juros-e-como-isso-afeta-seu-bolso.shtml>), o que diminuirá o crescimento do PIB e elevará o custo de carregamento da dívida mais à frente. Foi isso que aconteceu em 2015-16, é isso que está acontecendo agora.

Dizer que o governo é sócio da inflação é um erro porque a maior parte da recente elevação de preços não teve origem nas políticas do governo. O aumento da inflação está sendo puxado por preços internacionais (boom de commodities (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/ciclo-de-commodities-deve-beneficiar-o-brasil-por-ao-menos-dois-anos.shtml>)) e condições climáticas (bandeira vermelha na energia

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/conta-de-luz-vai-subir-em-maio-com-acionamento-de-bandeira-vermelha.shtml>), não por razões internas (demanda aquecida).

Não dá para colocar o aumento da inflação na conta da política fiscal porque os dados do primeiro trimestre demonstraram claramente queda do consumo, público e privado, redução na construção civil e contração fiscal.

Estaria o BC sendo leniente com a inflação? Também acho que não, haja vista o aumento mais forte de juro em curso, com claro objetivo de antecipar (“frontload”, em faria-limês) o ajuste monetário para controlar as expectativas de inflação.

A evolução dos acontecimentos demonstrou que, apesar de a maior parte do aumento de inflação não ter origem na demanda, o BC agiu corretamente ao elevar a <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/copom-cumpre-sinalizado-e-eleva-selic-em-075-ponto-a-350-ao-ano.shtml> Selic (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/copom-cumpre-sinalizado-e-eleva-selic-em-075-ponto-a-350-ao-ano.shtml>). Com a variação do IPCA chegando a 8% nos últimos 12 meses, acho que agora nem meus colegas mais heterodoxos dirão que foi errado subir Selic.

Sim, ninguém gosta de juro alto, mas as pessoas gostam menos ainda de inflação alta.

Há alguns meses disse que o debate monetário não era sobre a necessidade de o BC subir a Selic, mas sim qual deveria ser o aumento da Selic. Hoje, diante da aceleração de preços puxada pelo custo de geração de energia, o quadro está pior do que o esperado.

O maior risco para a recuperação da economia está na oferta de energia, não na política fiscal. Se houver apagão ou racionamento <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/governo-amplia-busca-de-termicas-emergenciais-para-evitar-acionamento.shtml>), a inflação tenderá a subir ainda mais, com queda do nível de atividade, tornando o cenário econômico bem incerto no fim do ano.

Por enquanto os economistas estão otimistas, dizendo que haverá “apenas” aumento de preço de energia. Os engenheiros estão pessimistas, dizendo que

vem racionamento por aí. Torço pela opinião dos economistas, mas admito que não temos bom histórico no assunto.

Voltando à política fiscal, o aumento mais rápido do PIB nominal aliviou a trajetória de dívida e déficit público para este ano. Se São Pedro ajudar e a inflação (tomara que sim) cair, o repique de preços de 2021 também aliviará a restrição fiscal no primeiro semestre de 2022.

Voltaremos a debater dominância fiscal no meio da campanha eleitoral do ano que vem, pois o problema orçamentário do governo não foi embora. A realidade só demonstrou que ele é menor do que vários colegas diziam há alguns meses.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) OU na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nelson-barbosa/2021/06/o-governo-e-socio-da-inflacao.shtml>

PETROBRAS ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/PETROBRAS](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/petrobras))

Petrobras completa 40 dias sem reajuste, mas combustíveis ainda sobem nas bombas

Alta reflete impostos e biocombustíveis misturados a gasolina e diesel

10.jun.2021 às 7h00

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/11/>)

Nicola Pamplona (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/nicola-pamplona.shtml>)

RIO DE JANEIRO Após um início de ano de forte alta nos preços dos combustíveis, o Brasil completa nesta quinta (10) 40 dias sem reajustes nas refinarias (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/bolsonaro-diz-que-petrobras-estuda-medida-para-dar-previsibilidade-a-preco-de-combustivel.shtml>). Nos postos, porém, os preços continuam subindo, sob efeitos de repasses de ICMS e do aumento dos biocombustíveis.

Levantamento feito a pedido da **Folha** pelo Inep (Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás e Biocombustíveis) indica que a estatal vem evitando repasses imediatos das volatilidades externas após a mudança no comando da companhia.

Os dados mostram, por exemplo, que a empresa deixou de acompanhar um repique nas cotações internacionais (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/bolsa-tem-melhor-semana-desde-marco-e-fecha-acima-de-130-mil-pontos-pela-1a-vez.shtml>) no início de maio, quando o preço médio praticado em suas refinarias chegou a ficar R\$ 0,08 por litro abaixo do valor de referência calculado pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis).

"Aparentemente, essa gestão está mais preocupada com a volatilidade", diz a pesquisadora do Inep Carla Ferreira, ressaltando que ainda é cedo para conclusões. "Talvez estejam com outra lógica, de olhar os preços de uma forma mais alongada do que o [ex-presidente Roberto] Castello Branco."

A estatal diz que não alterou sua política de preços. "A Petrobras monitora permanentemente o mercado e, a partir de uma percepção de realinhamento de patamar, seja de câmbio, seja de cotações internacionais de petróleo e derivados, realiza reajustes de preço".

Castello Branco foi demitido por Bolsonaro em fevereiro, em meio à escalada dos preços no início do ano, em um processo conturbado

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/02/em-visita-a-pernambuco-bolsonaro-cobra-transparencia-da-petrobras-e-reafirma-mudanca-na-estatal.shtml>) que derrubou as ações da companhia e levou a uma debandada inédita no conselho de administração da estatal.

Para seu lugar, Bolsonaro nomeou o general Joaquim Silva e Luna

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/02/bolsonaro-indica-general-para-presidir-a-petrobras.shtml>), que estava em Itaipu Binacional e assumiu defendendo que buscaria reduzir a volatilidade, mas prometendo "conciliar interesses de consumidores e dos acionistas".

O discurso animou investidores, que mantêm a confiança na valorização das ações da companhia (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/bolsa-sobe-com-forte-alta-da-petrobras-e-bate-novo-recorde-nominal.shtml>), diante da perspectiva de distribuição de elevados dividendos já em 2021. Nicholas Exel, colaborador do site financeiro Seeking Alpha, classifica as ações da Petrobras como "uma barganha".

FOLHAMERCADO

Receba as principais notícias de economia no seu email

- Assine a newsletter aqui

(<https://sites.folha.com.br/folhamercado>)

Apesar da recuperação das cotações do petróleo nas últimas semanas, chegando a ultrapassar a barreira dos US\$ 70 por barril, a gestão Silva e Luna vem sendo beneficiada pela valorização do real frente ao dólar

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/bolsa-tem-melhor-semana-desde-marco-e-fecha-acima-de-130-mil-pontos-pela-1a-vez.shtml>) no mesmo período.

Entre o último anúncio de reajuste, no dia 30 de abril, e esta terça (8), a cotação da moeda americana no Brasil caiu 7%, de R\$ 5,44 para R\$ 5,04. A desvalorização do real no início do ano foi o principal fator de pressão sobre os preços dos combustíveis, que vêm batendo recordes históricos

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/preco-do-gas-natural-veicular-bate-recorde-e-reduz-renda-de-taxistas-e-motoristas-de-aplicativo.shtml>) em 2021.

Assim, as cotações internacionais se aproximaram do preço interno após o repique do início do mês. Segundo cálculo da Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis), nesta segunda (7) a defasagem média do diesel era de 1% e a da gasolina, 2%.

Nas bombas, apesar da falta de reajustes, os preços continuam em alta. Na semana passada, o litro do diesel foi vendido no país, em média, a R\$ 4,490, valor 0,5% superior ao registrado um mês antes. A gasolina comum subiu 1,7% no período, para R\$ 5,656 por litro.

Para especialistas, a alta reflete repasses de elevações no preço de referência para cobrança do ICMS e biocombustíveis pressionados pela elevação das cotações internacionais (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/precos-globais-de-alimentos-tem-maior-aumento-em-uma-decada.shtml>) e pela seca. No caso do diesel, houve também o fim da isenção de impostos federais concedida por Bolsonaro em março, que durou dois meses.

No dia 1º de junho, 22 estados e o Distrito Federal elevaram os preços de referência (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/bolsonaro-compara-valor-de-icms-de-combustivel-a-estupro.shtml>) para cálculo do ICMS no diesel e outros quatro mantiveram o valor. No caso da gasolina, houve elevação em 19 estados e no Distrito Federal.

O litro do biodiesel subiu de R\$ 4,425 para R\$ 5,536 entre o primeiro e o último leilão realizado pelo governo, mesmo com a redução do percentual de mistura obrigatória de 12% para 10% —medida que teve o objetivo de tentar conter a escalada.

Já o preço do etanol anidro, que é misturado à gasolina, vem sendo pressionado pela seca sobre a lavoura, que atrasou a colheita da safra (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/bacia-do-parana-ja-sente-efeitos-da-seca-sobre-agronegocio-e-geracao-de-energia.shtml>). Na primeira semana de junho, o valor de venda do produto pelas usinas de São Paulo subiu 0,88% em relação à semana anterior, para R\$ 3,43 por litro.

Em nota enviada à **Folha**, a Petrobras disse ainda que "os estudos e monitoramentos elaborados pelas áreas técnicas de comercialização da Petrobras suportam a tomada de decisão e a proposição de reajustes de preço, sendo observado permanentemente o ambiente de negócios e o comportamento dos seus competidores".

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) OU na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/petrobras-completa-40-dias-sem-reajuste-mas-combustiveis-ainda-sobem-nas-bombas.shtml>

Painel S.A. (/colunas/painelsa/)

Jornalista, Joana Cunha é formada em administração de empresas pela FGV. Foi correspondente da Folha em Nova York e repórter de Mercado



Ex-secretário que elaborou reforma administrativa mas saiu do governo faz campanha pela causa

Paulo Uebel lança abaixo-assinado e diz que é 'o maior programa social que governo pode fazer'

10.jun.2021 às 4h30

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/10/>)

SÃO PAULO O ex-secretário de Desburocratização, Paulo

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2021/02/paulo-uebel-ex-secretario-de-bolsonaro-critica-decisao-do-presidente-de-trocar-comando-da-petrobras.shtml>) Uebel

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2021/02/paulo-uebel-ex-secretario-de-bolsonaro-critica-decisao-do-presidente-de-trocar-comando-da-petrobras.shtml>), que elaborou a reforma administrativa, mas

deixou o governo Bolsonaro em agosto do ano passado incomodado com a demora, resolveu agir do lado de fora.

Uebel e Marina Helena Santos, ex-diretora no órgão, lançaram na terça (8) um abaixo-assinado pelo fim dos supersalários no funcionalismo público e em defesa da reforma.

Segundo a economista, que trabalhou com Uebel no Ministério da Economia, o abaixo-assinado começou a ser planejado há cerca de dois meses. Uebel diz

que essa reforma é o "maior programa social que o governo pode fazer".

com **Mariana Grazini** e **Andressa Motter**

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) OU na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2021/06/ex-secretario-que-elaborou-reforma-administrativa-mas-saiu-do-governo-faz-campanha-pela-causa.shtml>

Painel S.A. (/colunas/painelsa/)

Jornalista, Joana Cunha é formada em administração de empresas pela FGV. Foi correspondente da Folha em Nova York e repórter de Mercado



FOLHAJUS ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/PODER/FOLHAJUS](https://www1.folha.uol.com.br/poder/folhajus))

Restaurantes vão à Justiça contra estados e municípios para pedir indenização por fechamentos

Abrasel diz que ação civil pública atinge todos os estados e 275 cidades

10.jun.2021 às 23h16

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/11/>)

SÃO PAULO Um dos setores mais abalados na pandemia, os restaurantes

(<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2021/04/restaurantes-elevam-pressao-no-governo-por-corte-de-jornada-e-salario.shtml>) decidiram entrar na Justiça para pedir indenização pelas perdas

sofridas com as restrições de funcionamento. A Abrasel (

(<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2021/04/ate-um-dono-de-botequim-sabe-que-censo-e-importante-diz-associacao-do-setor.shtml>)A (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2021/04/ate-um-dono-de-botequim-sabe-que-censo-e-importante-diz-associacao-do-setor.shtml>)

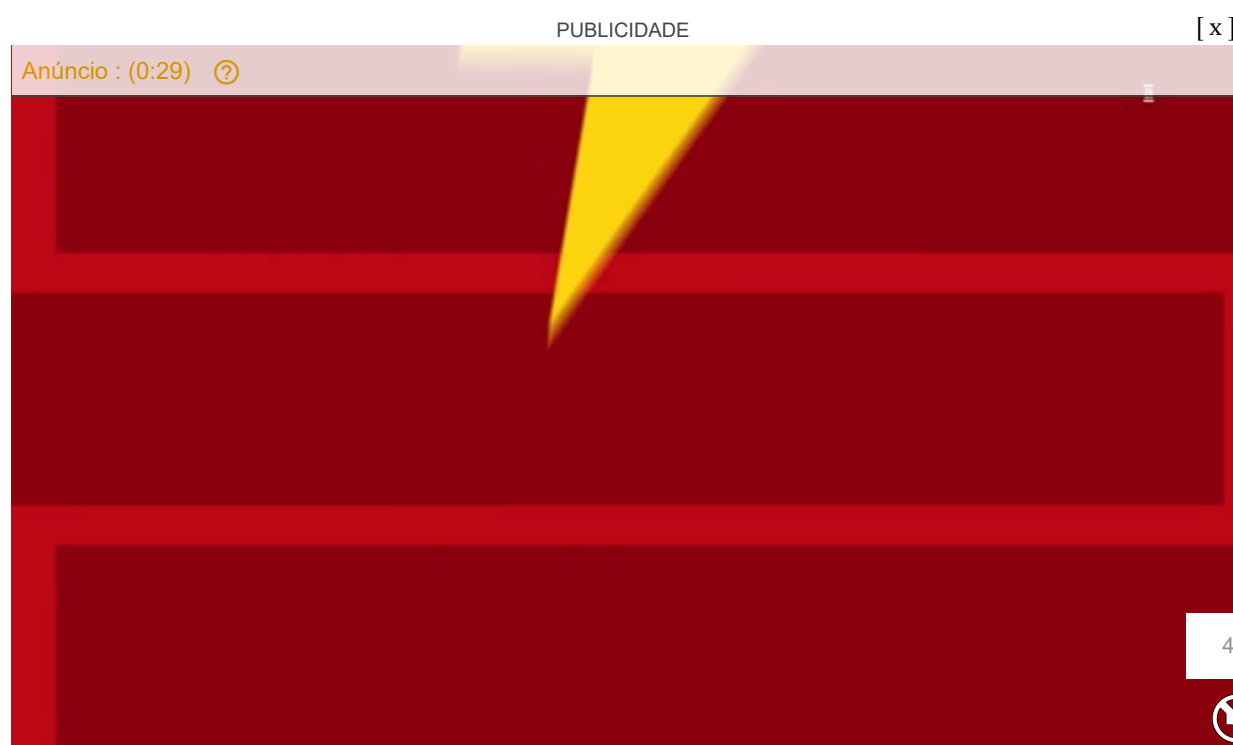
Associação Brasileira de Bares e

Restaurantes) (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2021/04/ate-um-dono-de-botequim-sabe-que-censo-e-importante-diz-associacao-do-setor.shtml>) acaba de ingressar com ações civis públicas

em 26 estados, Distrito Federal e nos 275 municípios onde seus associados estão presentes para pedir reparação dos governos e prefeituras, segundo Paulo Solmucci, presidente da entidade.

Solmucci afirma que não está apontando uma ou outra medida específica tomada pelas autoridades locais para reduzir a circulação de pessoas. Ele diz que o foco do questionamento judicial é a consequência. "O Estado impôs uma regra, o fechamento, e essa imposição trouxe perdas

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2021/05/algumas-empresas-estao-pagando-a-conta-de-toda-a-economia-diz-associacao-de-shoppings.shtml>). Então, ele é responsável", diz.



A iniciativa é um passo adiante em relação ao posicionamento que o setor vinha adotando até agora com pedidos de medidas de apoio aos governos, como flexibilização trabalhista e crédito. Segundo Solmucci, tem ainda uma outra discussão a ser feita, que é o questionamento de impostos cobrados durante o período em que os estabelecimentos ficaram fechados.

LEIA TAMBÉM

1 Luciano Hang anuncia que vai patrocinar transmissão da Copa América

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2021/06/luciano-hang-anuncia-que-vai-patrocinar-transmissao-da-copa-america.shtml>

Vinicius Torres Freire (/colunas/viniustorres/)

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA).



CONGRESSO NACIONAL ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/CONGRESSO-NACIONAL](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/congresso-nacional))

SENADO ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/SENADO](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/senado))

Confusão geral sobre quanto a privatização da Eletrobrás vai pesar na conta de luz

Governo e parte do mercado não se entendem sobre o custo da lei da privatização

10.jun.2021 às 23h15

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/11/>)

As emendas que a Câmara dos Deputados fez na medida provisória de privatização da Eletrobras vão provocar um aumento de custo de uns R\$ 41 bilhões (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/jabutis-de-mp-da-eletobras-custam-r-41-bilhoes-ao-consumidor-dizem-associacoes.shtml>) na conta de eletricidade, direta ou indiretamente: 10% a mais nas tarifas para pequenos consumidores e de até 20% para os grandes.

É o que dizem grandes consumidores de energia elétrica, grosso modo indústrias, comercializadores, gente do setor de óleo e gás e o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, vários deles juntos no movimento União pela Energia (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/industria-se-mobiliza-para-retirar-jabutis-de-mp-da>

[eletrobras-no-senado.shtml](#)). Nas contas do Ministério de Minas e Energia, o impacto somado deve ser quase nenhum, se algum.

Essa diferença de dezenas de bilhões de reais já é de espantar, mas a controvérsia é maior. Não apenas dados, premissas e métodos de cálculo são diferentes. Na teoria e na prática, os críticos das emendas da Câmara, aceitas pelo governo, estão dizendo que a lei da privatização da Eletrobras (<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2021/06/privatizacao-da-eletobras-e-tema-de-seminario-da-folha.shtml>) embute um plano dirigista para a expansão de parte da capacidade de geração de eletricidade. Isto é, estipula fontes de energia, locais de produção e tipo de fornecedor.

A oferta dessa energia não seria determinada (ou totalmente determinada) por mecanismos de competição e critérios gerais de emprego eficiente do capital (para nem mencionar os subsídios implícitos na legislação). A expansão da oferta deveria ser apenas orientada por um planejamento indicativo (que já existe).

A fim de evitar que o Congresso derrube a privatização, o governo defende a versão da lei aprovada pelos deputados. O que a Câmara colocou na medida provisória?

1) Deverá ser comprada energia de termelétricas a gás a serem instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (o Senado talvez ainda estipule estados). A medida implica a construção de gasodutos bilionários e talvez a importação de gás. A construção dessas térmicas é lobby velho.

2) Reserva de mercado para PCHs (pequenas centrais hidrelétricas), privilegiando usinas em certos estados.

3) Prorrogação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), programa de subsídios para fontes de energia como a eólica e a solar, que de fato contribuiu muito para diversificação da produção de eletricidade.

Há ainda uma discussão enrolada sobre a distribuição dos ganhos com a privatização da Eletrobras entre pequenos e grandes consumidores, mas

essa querela fica para outro dia.

O Ministério de Minas e Energia (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/governo-avalia-incentivar-consumo-de-energia-fora-do-pico-para-conter-criese-diz-bento-albuquerque.shtml>) (MME) diz que o pessoal da União pela Energia usa método errado para calcular um possível aumento de custo (que, se houvesse, seria diluído ao longo dos anos e não teria tanta carga de impostos).

Compara os possíveis preços da energia a ser comprada de acordo com as determinações do Congresso com custos atuais (maiores e derivados de decisões velhas, diz a União pela Energia).

Em nota enviada a este jornalista, integrantes da União pela Energia retrucam ainda que, além de não explicitar premissas, essa conta está equivocada por não levar em conta o preço da energia em cenário de expansão competitiva da oferta.

Deputados dizem que a lei leva em conta o pequeno consumidor e critérios de desenvolvimento regional.

MME e União pela Energia não estão de acordo sobre nada: dados, premissas, métodos ou concepção geral do mercado de eletricidade. De resto, a União pela Energia diz que as mudanças do Congresso (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/termicas-de-mp-da-eletobras-opoem-setor-de-energia-a-distribuidoras-de-gas.shtml>) abalam planejamento e regulação do setor elétrico, com o comprometimento do ambiente de investimento do setor.

Há dezenas de bilhões de reais na mesa, há lobbies políticos e empresariais pesados que não estão explicitados e essa mudança imensa está sendo discutida em poucas semanas. Governo e Congresso Nacional governista querem aprovar tudo até dia 22 (ou a medida provisória caduca). Mas é o caso de parar tudo e rever esse rolo.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas

OPINIÃO

JOAQUIM FRANCISCO DE CARVALHO

Privatizar a Eletrobras agravará a desindustrialização

Investidores costumam rechaçar despesas extras, inclusive as ambientais

10.jun.2021 às 23h15

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/11/>)

Joaquim Francisco de Carvalho

Mestre em engenharia nuclear e doutor em energia pela USP, foi engenheiro da Cesp, diretor industrial da Nuclen (atual Eletronuclear) e pesquisador associado ao IEE/USP (Instituto de Energia e Ambiente)

As estatais do sistema elétrico já foram quase todas privatizadas

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/governo-espera-mudancas-na-mp-da-eletobras-pelo-senado-e-que-texto-volte-para-a-camara.shtml>), com resultados opostos aos prometidos quando deixaram de ser estatais.

Em vez de mais baratas, as tarifas (<https://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2021/04/o-peso-dos-subsidios-nas-tarifas-de-energia-eletrica.shtml>) para o setor residencial subiram mais de 55%, e as do setor industrial, cerca de 130% acima da inflação —o que provocou a falência de inúmeros estabelecimentos industriais, desempregando centenas de engenheiros e milhares de operários qualificados. Isso contribuiu muito para o processo de desindustrialização do país (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi130409.htm>), que começou no governo Collor e ganhou impulso na era FHC.

À época esperava-se que os empresários investissem em projetos novos

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/02/mp-da-eletobras-preve-r-87-bi-em-obras-para-reducos-eleitorais-para->

[abater-r-25-bi-na-conta-de-luz.shtml](#)), que contribuíssem para expandir a capacidade do sistema elétrico. No entanto, limitaram-se em comprar o que já tinha sido feito pelo Estado, o que representou apenas a cessão de títulos de propriedade, sem que houvesse expansão da capacidade do sistema.

As grandes hidrelétricas com reservatórios de acumulação fazem da Eletrobras uma empresa estratégica.

Até nos Estados Unidos as grandes hidrelétricas pertencem a entidades públicas, como a Tennessee Valley Authority e, principalmente, o US Army Corps of Engineers.

Agora o governo quer privatizar a Eletrobras

<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2021/06/privatizacao-da-eletobras-e-tema-de-seminario-da-folha.shtml>), sem motivo plausível. É preciso que os governantes entendam que há diferenças entre o espaço privado e o espaço público.

O espaço privado é ocupado por empresas e estabelecimentos industriais, financeiros, comerciais e outros, que tem entre os objetivos gerar lucros.

No espaço público ficam atividades não lucrativas, como a diplomacia, a segurança nacional, o ensino e a pesquisa científica, a saúde pública, o policiamento etc., além de certas “utilities”, vitais para as demais atividades e que são monopolizáveis.

Ora, a energia elétrica é um monopólio natural, do qual depende praticamente tudo. Assim, as tarifas elétricas não devem visar à maximização de lucros, pois influenciam todos os custos da economia e constituem um privilegiado instrumento de arrecadação de parte da renda dos demais setores.

Cerca de 65% da eletricidade consumida no Brasil vêm de usinas hidrelétricas —e a geração de energia é apenas uma das utilidades dos reservatórios, ao lado de outras como abastecimento de água, regularização dos rios, navegação etc.

Note-se que, além da manutenção das barragens, todos os usos dos reservatórios requerem importantes despesas permanentes em preservação

ambiental. A experiência mostra que investidores privados relutam em fazer tais despesas.

Atualmente, a Eletrobras vem apresentando lucros em torno de R\$ 10 bilhões e pagando ao Tesouro, em média, dividendos de R\$ 1,1 bilhão por ano. O restante é reinvestido na expansão e no desenvolvimento tecnológico do sistema.

Esses resultados podem melhorar. É preciso, porém, que a Eletrobras se desvencilhe das sempre deletérias influências “políticas” e passe a ser dirigida por profissionais competentes, que trabalhem pela empresa, e não por um obscuro processo da privatização.

As hidrelétricas ainda pertencentes ao grupo Eletrobras (Furnas, Chesf, Eletronorte e metade de Itaipu) têm idades em torno de 30 anos; portanto, praticamente todo o capital investido está amortizado. Assim, a energia gerada custa atualmente cerca de R\$ 40/MWh.

O grupo Eletrobras responde por uma oferta da ordem de 170 milhões de MWh por ano. Eliminando-se os intermediários não produtivos, essa energia poderia ser repassada diretamente às distribuidoras por uma tarifa de R\$ 130/MWh. Portanto, o lucro do grupo Eletrobras poderia chegar a R\$ 15,3 bilhões por ano.

Por fim, vale lembrar que uma recente pesquisa de opinião realizada na Inglaterra mostrou que 77% dos consumidores querem que as empresas de eletricidade privatizadas durante a administração Margaret Thatcher sejam reestatizadas.

Suas principais queixas referem-se à baixa qualidade dos serviços e às elevadas tarifas. Críticas semelhantes poderão surgir no Brasil caso a Eletrobras seja privatizada.

TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

Após reunião com Lira, Bolsonaro diz que mudança de ICMS sobre combustíveis deve ser votada na próxima semana

Presidente tem responsabilizado governadores por aumento do preço da gasolina

10.jun.2021 às 12h54

Atualizado: 10.jun.2021 às 14h35

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/11/>)

Ricardo Della Coletta (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/ricardo-della-coletta.shtml>)

Danielle Brant (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/danielle-brant.shtml>)

BRASÍLIA Após reunião com o presidente da Câmara, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/em-culto-bolsonaro-questiona-vacinas-contracovid-e-desinforma-ao-dizer-que-elas-sao-experimentais.shtml>) afirmou nesta quinta-feira (10) que o projeto de lei que altera regras de cobrança do ICMS sobre combustíveis (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/governo-planeja-que-icms-sobre-combustiveis-considere-media-de-precos-anual.shtml>) deve ser votado na próxima semana.

A proposta é mais um capítulo da disputa de Bolsonaro com governadores pelo preço da gasolina.

O tema foi discutido em café da manhã no Palácio da Alvorada entre Bolsonaro e o deputado Arthur Lira (PP-AL) (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/lira-diz-que-prorrogar-auxilio-emergencial-nao-e-melhor-solucao-e-defende-novo-programa-em-agosto.shtml>), que comanda os trabalhos na Câmara.

"Falei com o Lira hoje, deve votar semana que vem a questão do ICMS de combustíveis, ter um valor nominal. Cada estado botar valor nominal. Vai

chegar no posto e ver a placa lá [com] preço na refinaria, ICMS, imposto federal, lucro do posto e, aí está o grande nó, o frete. Tem monopólio do transporte de combustível. Se quebrar esse monopólio no transporte de combustíveis, o preço vai lá para baixo", disse Bolsonaro a apoiadores.



O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) - Pedro Ladeira - 1.jun.21/Folhapress

A fala do mandatário foi transmitida por um site bolsonarista.

Pressionado pela alta no preço da gasolina, Bolsonaro tem acusado governadores de terem aumentado o ICMS —um imposto estadual— sobre combustíveis.

"Durante a pandemia, acho que quase todos [os governadores], se não todos, aumentaram o ICMS [sobre combustíveis]", queixou-se o presidente aos apoiadores.

O projeto de lei complementar original foi enviado pelo Executivo ao Congresso em fevereiro e define os combustíveis e lubrificantes sobre os quais o ICMS incidirá uma única vez, ainda que as operações se iniciem no exterior. Estão na lista gasolina, diesel, álcool, querosene e gás liquefeito de petróleo, de um total de 13.

Pelo texto, o imposto seria cobrado na refinaria e a alíquota para cada combustível seria uniforme em todo o país, com um valor fixado em reais, não como uma porcentagem do preço total.

A proposta estabelecia ainda que a alíquota seria definida por deliberação dos estados e do Distrito Federal e que o ICMS sobre lubrificantes e combustíveis de petróleo seria recolhido na unidade da Federação onde houvesse o consumo final.

Na justificativa, o ministro Paulo Guedes (Economia) indica que o objetivo é “contribuir com os debates que buscam alcançar meios de fornecer maior estabilidade aos preços dos combustíveis praticados no Brasil, cuja oscilação demasiada tem gerado problemas a diversos setores da sociedade brasileira, especialmente para a atividade dos caminhoneiros autônomos.”

Atualmente, segundo a justificativa, o mecanismo de apuração da cobrança do ICMS sobre combustíveis permite variações constantes no valor do imposto incidente sobre as operações. A intenção é alterar para uma incidência monofásica, com alíquotas específicas por unidade de medida, “o que tende a conferir mais estabilidade ao valor do imposto incidente sobre as operações e, conseqüentemente, contribuir para maior estabilidade do preço de venda dos combustíveis.”

No entanto, houve resistência no Congresso. Para superar os entraves, Bolsonaro sugeriu a Lira em maio a fixação de um valor por estado, em vez do valor nacional.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) OU na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto)

SELIC ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/SELIC](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/selic))

JUROS ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/JUROS](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/juros))

COPOM ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/COPOM](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/copom))

Inflação assusta e coloca pressão no Copom por novos aumentos de juros

Analistas começam a revisar as expectativas para a Selic no fim do ano

10.jun.2021 às 23h15

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/11/>)

Douglas Gavras (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/douglas-gavras.shtml>)

SÃO PAULO A surpresa com a alta da inflação nos últimos meses aumentou a pressão sobre o Banco Central, que irá definir o novo patamar da Selic (taxa básica de juros) na próxima quarta-feira (15).

Segundo economistas, a tendência é que o BC mantenha o ritmo de aumento dos juros, mas a taxa deve subir mais ao longo do ano.

A preocupação com a alta de preços começa a se fazer notar nas previsões para os juros básicos em 2021. No Boletim Focus do BC, a estimativa há um mês era de uma Selic de 5,5%. No último boletim, a previsão dos economistas consultados passou para 5,75% ao ano, número que deve subir no próximo levantamento, que levará em consideração a inflação de maio acima das previsões.

Nesta quinta (10), o Itaú revisou as estimativas de Selic para o fim do ano. Antes, eram esperados juros de 5,5% ao ano, agora, a expectativa é de 6%. O

banco ressalta que os juros mais altos poderiam trazer o IPCA para perto da meta no ano que vem.

A pressão da energia elétrica fez a inflação acelerar em maio

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/ipca-avanca-083-em-maio-e-aumenta-distancia-em-relacao-ao-teto-da-meta-de-inflacao.shtml>), pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - Amplo). O indicador subiu 0,83% —o maior resultado para maio desde 1996. No acumulado de 12 meses, a alta foi de 8,06% (acima do teto da meta, de 5,25% para este ano).

A expectativa do mercado para a inflação deste ano subiu de 5,31%, há uma semana, para 5,44%, de acordo com o mais recente Boletim Focus.

Para tentar conter a alta de preços, o Copom (Comitê de Política Monetária) subiu a taxa de juros <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/copom-cumpre-sinalizado-e-eleva-selic-em-075-ponto-a-350-ao-ano.shtml>) em maio em 0,75 ponto percentual, para 3,50% ao ano. Na ocasião, o BC também sinalizou que faria uma nova alta, na mesma magnitude, em junho, para 4,25%.

A instituição também falou em uma "normalização parcial do estímulo monetário" nos próximos meses, de maneira que a taxa ainda ficasse em um nível suficientemente baixo para estimular a economia.

O economista e pesquisador do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) José Júlio Senna diz que a pressão para o BC agir com firmeza existe há um bom tempo, pela rapidez na deterioração do quadro inflacionário.

Pesa, ainda, o fato de o ponto de partida do novo ciclo de alta dos juros ter sido muito baixo, de 2% ao ano. "A vida do BC teria ficado um pouco mais fácil se o ponto de partida fosse 3%, por exemplo", diz.

Senna, que também foi diretor do Banco Central, estima, no entanto, que o ritmo de 0,75 <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/copom-eleva-selic-pela-primeira-vez-em-6-anos-a-275-ao-ano.shtml>) ponto percentual de aumento

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/copom-eleva-selic-pela-primeira-vez-em-6-anos-a-275-ao-ano.shtml>

tem sido adequado, mesmo com a pressão maior da inflação pelos resultados recentes do IPCA.

"A prática de anunciar previamente o tamanho do ajuste seguinte deve ter continuidade na reunião da próxima semana. Na medida em que tal estratégia de fato permaneça, o ajuste de política monetária já me parece bem substancial e talvez não se faça necessário acelerar o ritmo."

Para a economista Zeina Latif, o resultado recente da inflação não deve pesar na decisão, em si, pois não faria sentido o BC reagir a um sinal de curto prazo. Ela avalia que o Banco Central deve manter seu diagnóstico, levando em conta também que o dólar mudou de patamar, o que pode gerar uma melhora nas projeções.

"Acredito que o BC deve manter o discurso sereno, talvez deixando uma porta aberta para um novo aumento de 0,75, mas sem guinadas no discurso", diz ela. "Isso não significa, no entanto, que o resultado da inflação não traga elementos preocupantes que precisam ser monitorados."

O economista-chefe da Necton, André Perfeito, diz que o mais importante agora é o ajuste total e um sinal de que o BC irá tirar a taxa de juros do campo de incentivo para o campo neutro.

"A inflação realmente veio alta e isso gera um desconforto para que se entenda a dinâmica do aperto a ser feito pela autoridade monetária", diz.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) OU na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!